

# Índice

## 1. Responsáveis pelo formulário

1.0 - Identificação	1
1.1 – Declaração do Diretor Presidente	2
1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores	3
1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores	4

## 2. Auditores independentes

2.1 / 2 - Identificação e remuneração	5
2.3 - Outras inf. relev. - Auditores	6

## 3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às DFs	9
3.4 - Política destinação de resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos	17
3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas	18
3.7 - Nível de endividamento	19
3.8 - Obrigações	20
3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras	21

## 4. Fatores de risco

4.1 - Descrição - Fatores de Risco	22
4.2 - Descrição - Riscos de Mercado	34
4.3 - Processos não sigilosos relevantes	36
4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest	38
4.5 - Processos sigilosos relevantes	39
4.6 - Processos repetitivos ou conexos	40
4.7 - Outras contingências relevantes	41
4.8 - Regras-país origem/país custodiante	42

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	43
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	44
5.3 - Descrição - Controles Internos	45

## Índice

5.4 - Programa de Integridade	46
5.5 - Alterações significativas	49
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	50
<b>6. Histórico do emissor</b>	
6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM	51
6.3 - Breve histórico	52
6.5 - Pedido de falência ou de recuperação	53
6.6 - Outras inf. relev. - Histórico	54
<b>7. Atividades do emissor</b>	
7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas	55
7.1.a - Infos. de sociedade de economia mista	56
7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais	57
7.3 - Produção/comercialização/mercados	58
7.4 - Principais clientes	59
7.5 - Efeitos da regulação estatal	60
7.6 - Receitas relevantes no exterior	61
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira	62
7.8 - Políticas socioambientais	63
7.9 - Outras inf. relev. - Atividades	64
<b>8. Negócios extraordinários</b>	
8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante	65
8.2 - Alterações na condução de negócios	66
8.3 - Contratos relevantes	67
8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.	68
<b>9. Ativos relevantes</b>	
9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante	69
9.1.a - Ativos imobilizados	70
9.1.b - Ativos Intangíveis	71
9.1.c - Participação em sociedades	72
9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.	73
<b>10. Comentários dos diretores</b>	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	74

## Índice

10.2 - Resultado operacional e financeiro	95
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	96
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	97
10.5 - Políticas contábeis críticas	99
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	100
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	102
10.8 - Plano de Negócios	103
10.9 - Outros fatores com influência relevante	105
<b>11. Projeções</b>	
11.1 - Projeções divulgadas e premissas	106
11.2 - Acompanhamento das projeções	107
<b>12. Assembléia e administração</b>	
12.1 - Estrutura administrativa	108
12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias	111
12.3 - Regras, políticas e práticas do CA	112
12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos	113
12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF	114
12.7/8 - Composição dos comitês	117
12.9 - Relações familiares	118
12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle	119
12.11 - Acordos /Seguros de administradores	120
12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm	121
<b>13. Remuneração dos administradores</b>	
13.1 - Política/prática de remuneração	122
13.2 - Remuneração total por órgão	123
13.3 - Remuneração variável	127
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações	128
13.5 - Remuneração baseada em ações	129
13.6 - Opções em aberto	130
13.7 - Opções exercidas e ações entregues	131
13.8 - Precificação das ações/opções	132

## Índice

13.9 - Participações detidas por órgão	133
13.10 - Planos de previdência	134
13.11 - Remuneração máx, mín e média	135
13.12 - Mecanismos remuneração/indenização	136
13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.	137
13.14 - Remuneração - outras funções	138
13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada	139
13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração	140
<b>14. Recursos humanos</b>	
14.1 - Descrição dos recursos humanos	141
14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos	142
14.3 - Política remuneração dos empregados	143
14.4 - Relações emissor / sindicatos	144
14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos	145
<b>15. Controle e grupo econômico</b>	
15.1 / 2 - Posição acionária	146
15.3 - Distribuição de capital	150
15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico	151
15.5 - Acordo de Acionistas	152
15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm	153
15.7 - Principais operações societárias	154
15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico	155
<b>16. Transações partes relacionadas</b>	
16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.	156
16.2 - Transações com partes relacionadas	157
16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade	158
16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas	159
<b>17. Capital social</b>	
17.1 - Informações - Capital social	160
17.2 - Aumentos do capital social	161
17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação	162
17.4 - Redução do capital social	163

## Índice

17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social	164
<b>18. Valores mobiliários</b>	
18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto	165
18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos	166
18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários	167
18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	168
18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários	169
18.6 - Mercados de negociação no Brasil	170
18.7 - Negociação em mercados estrangeiros	171
18.8 - Títulos emitidos no exterior	172
18.9 - Ofertas públicas de distribuição	173
18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas	174
18.11 - Ofertas públicas de aquisição	175
18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários	176
<b>19. Planos de recompra/tesouraria</b>	
19.1 - Descrição - planos de recompra	177
19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria	178
19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria	179
<b>20. Política de negociação</b>	
20.1 - Descrição - Pol. Negociação	180
20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação	181
<b>21. Política de divulgação</b>	
21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos	182
21.2 - Descrição - Pol. Divulgação	183
21.3 - Responsáveis pela política	184
21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação	185

## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.0 - Identificação

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Marcelo Bastianello Baldin**

**Cargo do responsável**

Diretor Presidente

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Rafael Martins Pereira**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

### 1.1 – Declaração do Diretor Presidente

**Marcelo Bastianello Baldin**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.290.122-28, expedida pela SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Economia (“CPF/ME”) nº 226.377.428-95, com endereço comercial na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, 14º andar, Pinheiros, CEP 05425-902, na qualidade de Diretor Presidente da MNL T S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, 14º andar, Pinheiros, CEP 05425-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 12.592.831/0001-89 (“Companhia”), declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.
- c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

MNL T S.A.



**MARCELO BASTIANELLO BALDIN**  
Diretor Presidente

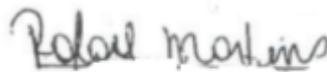
## 1. Responsáveis pelo formulário / 1.2 - Declaração do Diretor de Relações com Investidores

### 1.2 – Declaração do Diretor de Relações com Investidores

**Rafael Martins Pereira**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da carteira de identidade (RG) nº 5279958 SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 323.879.848-03, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, 14º andar, Pinheiros, CEP 05425-902, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da MNL T S.A., sociedade por ações com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, 14º andar, Pinheiros, CEP 05425-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 12.592.831/0001-89 (“Companhia”) declara que:

- a. reviu o Formulário de Referência da Companhia.
- b. todas as informações contidas no Formulário de Referência da Companhia atendem ao disposto na Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, em especial aos seus artigos 14 a 19.
- c. o conjunto de informações contidas no Formulário de Referência da Companhia é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

MNL T S.A.



---

**Rafael Martins Pereira**

Diretor de Relações com Investidores

## **1. Responsáveis pelo formulário / 1.3 - Declaração do Diretor Presidente/Relações com Investidores**

Não aplicável, tendo em vista que os atuais Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da Companhia já prestaram suas declarações individuais nos itens 1.1 e 1.2 deste Formulário de Referência.

**2. Auditores independentes / 2.1 / 2 - Identificação e remuneração**

<b>Possui auditor?</b>	SIM
<b>Código CVM</b>	471-5
<b>Tipo auditor</b>	Nacional
<b>Nome/Razão social</b>	Ernst & Young Assessoria Empresarial Ltda.
<b>CPF/CNPJ</b>	61.366.936/0001-25
<b>Período de prestação de serviço</b>	10/08/2018
<b>Descrição do serviço contratado</b>	Os serviços contratados compreendem: (i) auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, todas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as normas internacionais para relatórios financeiros (IFRS) aplicáveis; e (ii) revisões das informações financeiras intermediárias, preparada de acordo com o pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias relativas aos períodos findos em 31 de março de 2021 e 30 de junho de 2021.
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço</b>	A remuneração paga aos auditores independentes em relação ao período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e intermediários encerrados em 31 de março de 2021 e 30 de junho de 2021, correspondente a: R\$ 327.783,99 (trezentos e vinte e sete mil, setecentos e oitenta e três reais e noventa e nove centavos), relacionado a serviços de auditoria das demonstrações financeiras e revisão das informações financeiras intermediárias.
<b>Justificativa da substituição</b>	Não houve substituição dos auditores independentes.
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor</b>	Não aplicável, uma vez que não houve substituição dos auditores independentes.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Anderson Pascoal Constantino	10/08/2018	190.900.228-30	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (5511) 25733000, Fax (5511) 25733000, e-mail: fabiana.turri@br.ey.com
Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro	23/04/2021	222.415.758-44	Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909, 10º andar, Vila Nova Conceição, Cruzeiro do Sul, Brasil, CEP 04543-011, Telefone (5511) 25733000, Fax (5511) 25733000, e-mail: fabiana.turri@br.ey.com

## **2. Auditores independentes / 2.3 - Outras inf. relev. - Auditores**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta seção 2 que não tenham sido evidenciadas nos itens 2.1 e 2.2 deste Formulário de Referência.

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.1 - Informações financeiras

(Reais Unidade)

Exercício social (31/12/2020)

Exercício social (31/12/2019)

Exercício social (31/12/2018)

---

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.2 - Medições não contábeis**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.3 - Eventos subsequentes às DFs**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

#### 3.4 - Política de destinação dos resultados

	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<b>a. Regras sobre retenção de lucros</b>	<p>Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“<u>Lei das Sociedades por Ações</u>”) e o artigo 29 e seguintes do estatuto social da Companhia (“<u>Estatuto Social 2021</u>”), dos resultados positivos do exercício serão deduzidos antes de qualquer participação: (i) os prejuízos acumulados em exercícios anteriores; e (ii) a provisão para pagamento do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos do Estatuto Social 2021. Do lucro líquido apurado, 5% (cinco por cento) será destinado para a constituição de reserva legal (“<u>Reserva Legal</u>”), até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da Reserva</p>	<p>Segundo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e o artigo 26 e seguintes do estatuto social da Companhia (“<u>Estatuto Social 2020</u>”), o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de Reserva Legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da Reserva Legal, acrescido aos montantes das reservas de capital, exceder</p>	<p>Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o artigo 26 do estatuto social da Companhia (“<u>Estatuto Social 2019 e 2018</u>”), o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de Reserva Legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da Reserva Legal, acrescido aos montantes das reservas de capital, exceder</p>	<p>Segundo a Lei das Sociedades por Ações e o artigo 26 do Estatuto Social 2019 e 2018, o lucro líquido será apurado mediante dedução, do resultado do exercício, dos prejuízos acumulados de exercícios anteriores, se houver e da provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. O lucro líquido terá, então, a seguinte destinação: (i) 5% (cinco por cento) será aplicado na constituição de Reserva Legal, até que o seu valor atinja 20% (vinte por cento) do capital social, sendo que no exercício social em que o saldo da Reserva Legal, acrescido aos montantes das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital</p>

### 3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados

Legal, acrescido aos montantes das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, Lei das Sociedades por Ações. Após a destinação à Reserva Legal, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à formação de reserva para contingências (“Reserva para Contingências”), através de proposta formulada pelos órgãos da administração da Companhia e aprovada pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações. Do lucro que remanescer, ajustado pela Reserva Legal e pela eventual constituição da Reserva para Contingências e a respectiva reversão, se for o caso, será destinado ao pagamento do a 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, Lei das Sociedades por Ações; (ii) Após a destinação à Reserva Legal, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à formação de Reserva para Contingências, através de proposta formulada pelos órgãos da administração da Companhia e aprovada pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) Uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e conforme previsto no Estatuto Social 2020; e (iv) o social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, Lei das Sociedades por Ações; (ii) Após a destinação à Reserva Legal, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à formação de Reserva para contingências, proposta formulada pelos órgãos da administração da Companhia e aprovada pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e conforme previsto no Estatuto Social 2019 e 2018; e (iv) o saldo remanescente parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal, Lei das Sociedades por Ações; (ii) Após a destinação à Reserva Legal, uma parcela do lucro líquido poderá ser destinada à formação de Reserva para contingências, através de proposta formulada pelos órgãos da administração da Companhia e aprovada pela Assembleia Geral, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; (iii) uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo obrigatório aos acionistas correspondente a 25% do lucro líquido anual ajustado na forma da Lei das Sociedades por Ações e conforme previsto no Estatuto Social 2019 e 2018; e (iv) o saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia

**3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**

dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, o qual será, em cada exercício social, equivalente, no mínimo, a 1% (um por cento) do lucro líquido anual ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O saldo do lucro líquido, após as deduções previstas no Estatuto Social 2021 e na Lei das Sociedades por Ações, terá a destinação que lhe der a Assembleia Geral na forma da lei aplicável.

saldo remanescente terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser retido para a formação das reservas previstas nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

terá a destinação que a Assembleia Geral determinar, podendo ser retido para a formação das reservas previstas nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

Geral a determinar, podendo ser retido para a formação das reservas previstas nos termos dos artigos 195 a 197 da Lei das Sociedades por Ações.

<b>a.i. Valores das retenções de lucros</b>	Até a data deste Formulário de Referência, e nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia, por ainda estarem dentro do prazo previsto pela legislação, não realizaram a Assembleia Geral Ordinária que deliberará a respeito da destinação do resultado do exercício de 2021.	Os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a respeito da destinação do resultado do exercício de 2020 no montante total de R\$191.813 mil: (i) destinar R\$9.591 mil para a constituição de Reserva Legal; (ii) destinar R\$36.914 mil para a reserva de lucros para expansão; e (iii) destinar	Os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a respeito da destinação do resultado do exercício de 2019 no montante total de R\$327.376 mil: (i) destinar R\$16.369 mil para a constituição de Reserva Legal; (ii) destinar R\$233.255 mil para a reserva de lucros para expansão; e (iii) destinar	Os acionistas da Companhia deliberaram em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a respeito da destinação do resultado do exercício de 2018 no montante total de R\$55.065 mil: destinar a totalidade para compensação do prejuízos acumulados.
---	---	--	--	--

**3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**

R\$145.308 mil para distribuição de dividendos.

R\$77.752 mil para distribuição de dividendos.

<b>a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados</b>	Não aplicável, considerando que até a data deste Formulário de Referência, e nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia, por ainda estarem dentro do prazo previsto pela legislação, não realizaram a Assembleia Geral Ordinária que deliberará a respeito da destinação do resultado do exercício de 2021.	O percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 24,2%.	O percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 76,2%.	Considerando a destinação integral do lucro total declarado no exercício para a compensação do prejuízo do referido exercício, o percentual de retenção em relação ao lucro total declarado foi de 0%.
<b>b. Regras sobre a distribuição de dividendos</b>	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado pela constituição da Reserva Legal e pela eventual constituição da Reserva para Contingências e a respectiva reversão, se for o caso, pelo menos 1% (um por cento) será distribuído a título de dividendo obrigatório aos acionistas, na forma prevista no artigo 202 da	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da Reserva Legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral, nos casos permitidos Lei das Sociedades	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da Reserva Legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral, nos casos permitidos Lei	Do saldo do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a dedução da Reserva Legal e de contingências, se houver, pelo menos 25% será distribuído a título de dividendo obrigatório e/ou juros sobre capital próprio, salvo destinação diversa determinada pela Assembleia Geral, nos casos permitidos Lei

**3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**

Lei das por Ações. O das Sociedades das Sociedades  
 Sociedades por Estatuto Social por Ações. por Ações.  
 Ações. O 2020 também  
 Estatuto Social autoriza o  
 2021 também levantamento de  
 autoriza o demonstrações  
 levantamento de financeiras  
 balanços e intercalares,  
 demonstrações mensais,  
 financeiras trimestrais ou  
 intercalares, semestrais,  
 mensais, podendo ser  
 trimestrais ou declarados  
 semestrais, dividendos  
 podendo ser intermediários  
 declarados ou intercalares  
 dividendos com base nesses  
 intermediários balanços,  
 ou intercalares observados os  
 com base nesses limites legais. O  
 balanços, e Estatuto Social  
 declarar 2020 permite  
 dividendos ou também a  
 juros sobre distribuição de  
 capital próprio à dividendos  
 conta de lucros intercalares e  
 apurados nesses intermediários à  
 balanços, conta de lucros  
 observadas as acumulados ou  
 limitações de reservas de  
 previstas no art. lucros existentes  
 204 da Lei das no último  
 Sociedades por balanço anual ou  
 Ações. Ainda, o semestral. A  
 Estatuto Social declaração de  
 2021 permite dividendos  
 que, a qualquer intercalares e de  
 tempo e por juros sob capital  
 deliberação do próprio depende  
 Conselho de de aprovação  
 Administração por deliberação  
 e/ou da da Assembleia  
 Assembleia Geral.  
 Geral, declarar  
 dividendos  
 intermediários à  
 conta de lucros  
 acumulados ou  
 de reservas de  
 lucros existentes  
 no último  
 balanço anual ou  
 semestral. O  
 Estatuto Social  
 2021 dispõe

**3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**

ainda que os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto no Estatuto Social 2021.

<b>c. Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano.	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano.	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano.	Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada nos quatro primeiros meses do ano.
---	---	---	---	---

<b>d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou por regulamentação especial aplicável à Companhia, por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Não aplicável, considerando que até a data deste Formulário de Referência, e nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas da Companhia, por ainda estarem dentro do prazo previsto pela legislação, não realizaram a Assembleia Geral Ordinária que deliberará a respeito da destinação do resultado do exercício de 2021.	A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos no exercício de 2020.	A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos no exercício de 2019.	A Companhia não teve quaisquer restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais às distribuições de dividendos no exercício de 2018.
---	---	---	---	---

A Companhia não possui uma política de

**3. Informações financ. selecionadas / 3.4 - Política destinação de resultados**

<b>e. Política de destinação de resultados</b>	de destinação de resultados formalmente aprovada. A destinação de resultado de cada exercício social deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme o disposto no Estatuto Social 2021.	de A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. A destinação de resultado de cada exercício social deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme o disposto no Estatuto Social 2020.	de A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. A destinação de resultado de cada exercício social deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme o disposto no Estatuto Social 2019 e 2018.	de A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada. A destinação de resultado de cada exercício social deverá ser feita nos termos da Lei das Sociedades por Ações e conforme o disposto no Estatuto Social 2019 e 2018.
--	---	--	---	---

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.5 - Distribuição de dividendos**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.6 - Dividendos-Lucros Retidos/Reservas**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**3. Informações financ. selecionadas / 3.7 - Nível de endividamento**

<b>Exercício Social</b>	<b>Soma do Passivo Circulante e Não Circulante</b>	<b>Tipo de índice</b>	<b>Índice de endividamento</b>	<b>Descrição e motivo da utilização de outro índice</b>
<b>31/12/2020</b>	42.903.396,00	Índice de Endividamento	0,02009073	

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.8 - Obrigações**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que, em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía quaisquer obrigações (empréstimos, financiamentos e títulos de dívida) com garantia real, com garantia flutuante e quirografárias, ou com outro tipo de garantia ou privilégio.

### **3. Informações financ. selecionadas / 3.9 - Outras inf. relev. - Inf. Financeiras**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes e que não tenham sido evidenciadas nos itens 3.1 a 3.8 deste Formulário de Referência.

## 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

*O investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia envolve exposição a determinados riscos. Antes de tomar uma decisão de investimento com relação a valores mobiliários de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem ler cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, incluindo os riscos descritos abaixo, bem como as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas. Os negócios, a reputação, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer um dos fatores de risco descritos a seguir, entre outros. O preço de mercado de valores mobiliários de emissão da Companhia poderá sofrer uma queda devido à ocorrência de qualquer um desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder parte substancial ou até mesmo a totalidade de seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles que a Companhia conhece e que acredita que podem afetá-la significativamente de maneira adversa. Apesar disso, riscos e incertezas adicionais atualmente desconhecidos, ou aqueles que a Companhia considera, na data deste Formulário de Referência, irrelevantes, também podem afetar de maneira significativamente adversa os negócios, a situação financeira, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia e/ou o preço dos valores mobiliários de sua emissão.*

*Para os fins desta seção “4.1. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a declaração pela Companhia de que um risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um “efeito adverso” ou um “efeito negativo” para a Companhia, “afetará adversamente” a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá, poderia ou causará um efeito negativo sobre os negócios, a situação financeira, a reputação, os resultados operacionais, os fluxos de caixa, a liquidez e/ou os negócios futuros da Companhia, e/ou sobre o preço, liquidez e volume de negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia. O potencial investidor deve interpretar com significado similar e nesse contexto as expressões semelhantes nesta seção “4.1. Fatores de Risco”.*

*Não obstante a subdivisão desta seção “4.1. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um subitem podem também se aplicar a outros subitens.*

### **a) Riscos relacionados à Companhia**

***A Companhia tem por objeto social a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, sendo assim, qualquer impacto adverso nos resultados de suas investidas ou na capacidade de tais investidas realizarem distribuições poderá ter um efeito adverso relevante na situação financeira da Companhia.***

A Companhia tem por objeto social a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, de modo que seu resultado é composto exclusivamente pela receita financeira advinda de distribuições de suas investidas. Os resultados da Companhia, sua capacidade de cumprir com suas obrigações financeiras e de distribuir dividendos aos seus acionistas dependem das operações, do fluxo de caixa e dos lucros de suas investidas, as quais, podem não auferir lucro ou, mesmo que com lucro a distribuir, podem estar ou vir a estar sujeitas a obrigações decorrentes de disposições legais ou de instrumentos particulares que limitem a transferência de lucros, dividendos ou qualquer outro tipo de distribuição para a Companhia. Dessa forma, não é possível assegurar que (i) as investidas da Companhia terão lucro; e (ii) que eventuais lucros das investidas da Companhia serão efetivamente distribuídos à Companhia, o que poderá causar um efeito adverso relevante no

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

resultado financeiro da Companhia, prejudicando sua capacidade financeira e de distribuição de dividendos aos seus acionistas.

***Atualmente, a Companhia possui participação apenas no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Tapso”) e qualquer impacto adverso no resultado do FIDC Tapso poderá ter um efeito adverso relevante na situação financeira da Companhia.***

Atualmente, a Companhia possui participação apenas no FIDC Tapso, fundo responsável por adquirir direitos creditórios (oriundos de transações de pagamento nos termos da Lei 12.865/13) de clientes da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A.), controladora da Companhia, e da Pagar.me Pagamentos S.A, controlada em comum da Companhia. A valorização de tais quotas é sua única fonte de receita, fazendo com que seu resultado dependa, exclusivamente, das amortizações feitas pela Companhia no FIDC Tapso, conforme permitido por seu Regulamento. Dessa forma, qualquer impacto adverso no resultado do FIDC Tapso pode ter um efeito adverso relevante no resultado da Companhia. Adicionalmente, a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações dos devedores dos direitos creditórios adquiridos pelo FIDC Tapso podem afetar material e adversamente a condição financeira da Companhia.

O FIDC Tapso poderá ser liquidado antecipadamente em algumas hipóteses previstas em seu regulamento. Ocorrendo a liquidação antecipada, não há garantias de que o FIDC Tapso terá recursos suficientes para pagamento de seus cotistas, o que poderia fazer com que as cotas fossem resgatadas com dação em pagamento dos direitos creditórios adquiridos pelo fundo. Qualquer dessas hipóteses poderia ter um impacto adverso relevante nos resultados da Companhia.

***A Companhia pode não ter sucesso na definição de novas investidas ou pode não conseguir receber as distribuições inicialmente esperadas, o que poderá afetá-la de maneira adversa e relevante.***

O processo de definição de novas investidas considera premissas e cenários que podem não se concretizar como esperado, além de não considerar todas as variáveis necessárias, seja por simplificação das premissas ou pelo desconhecimento. A implantação da estratégia na busca por novas investidas pode, ainda, apresentar eventos inesperados não considerados no planejamento da Companhia, como por exemplo, mas não se limitando, reações de concorrentes, entrada de novos concorrentes na busca pela mesma investida, mudanças legais e regulatórias, falhas operacionais de implantação e custos de implantação e manutenção acima do esperado, entre outros. Caso as premissas e cenários adotados pela Companhia não se verifiquem ou, ainda, caso qualquer evento inesperado faça com que a Companhia tenha que rever sua estratégia na busca por novas investidas, os resultados da Companhia podem ser adversamente afetados.

Uma vez que a Companhia tenha novas investidas, a Companhia não pode garantir que a expectativa de rentabilidade do investimento será integralmente realizada por meio das distribuições. Caso a Companhia não seja bem-sucedida em concretizar sua estratégia, sua condição financeira e seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

***A pandemia da COVID-19 e doenças assemelhadas, declarada pela Organização Mundial da Saúde, pode ter um efeito adverso relevante na situação financeira e fluxos de caixa da Companhia.***

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou a COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), como uma pandemia em decorrência de sua disseminação global. Em resposta, muitos governos implementaram políticas destinadas a impedir ou retardar a propagação da COVID-19, incluindo restrições à circulação de pessoas e medidas de distanciamento social, que podem continuar por um período significativo.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Essas políticas e medidas impactaram a confiança e o comportamento da população em geral, bem como a demanda por produtos, serviços e crédito. Essas medidas também resultaram em diminuição e, em certos casos, em suspensão das atividades de empresas em diversos setores. A pandemia do COVID-19 e os impactos associados na atividade econômica afetaram adversamente os resultados da Companhia em razão da interrupção prolongada no fluxo de pessoas e mercadorias, que alterou os níveis de consumo no ano de 2020 e no atual ano de 2021. A redução no volume vendido, reduziu a oferta de direitos creditórios como um todo, incluindo aqueles que se enquadram nos critérios mínimos para aquisição do FIDC Tapso, gerando uma queda nas distribuições feitas para seus quotistas e reduzindo a receita financeira da Companhia.

A Companhia não pode prever a amplitude, a duração e os impactos das medidas adotadas para controlar a disseminação da pandemia da COVID-19, nem das medidas auxiliares anunciadas pelo governo brasileiro até o momento. Além disso, não há eventos comparáveis recentes de tal magnitude que possam fornecer a Companhia uma orientação quanto aos efeitos da disseminação da COVID-19 e/ou de uma pandemia global. Assim, a amplitude e duração do impacto da pandemia da COVID-19 ou de surto de doença semelhante, assim como do impacto das medidas adotadas para combater a pandemia, permanecem altamente incertos.

A extensão dos impactos da pandemia ainda é incerto e depende de desenvolvimentos futuros, que são altamente incertos e imprevisíveis, incluindo, dentre outros, a duração e a distribuição geográfica dos casos, sua gravidade, as ações para conter o vírus ou tratar seu impacto, a aplicação de vacina contra a COVID-19 em níveis satisfatórios e escala mundial e com que rapidez e até que ponto as condições econômicas e operacionais usuais podem ser retomadas. Se a pandemia ou a crise econômica resultante continuar a piorar, a Companhia pode sofrer com a redução de sua receita financeira, o que pode ter um efeito material adverso em seu balanço patrimonial e fluxos de caixa. Os impactos da pandemia da COVID-19 também podem precipitar ou agravar os outros riscos informados neste Formulário de Referência.

***A Companhia pode enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas, o que pode afetá-la adversamente.***

A Companhia possui custos e despesas rateados decorrentes de transações com partes relacionadas. Contratações com partes relacionadas podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre as partes. A Companhia não pode garantir que terá êxito em evitar situações de conflito de interesses e, por conseguinte, assegurar o caráter estritamente comutativo das condições acordadas entre partes relacionadas. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo para a Companhia, bem como a seus acionistas.

Ainda, a acionista controladora da Companhia, a StoneCo Ltd. (“StoneCo”) detém, indiretamente, 100% de seu capital social e é uma *holding* cuja receita operacional decorre, principalmente, dos recebíveis das suas subsidiárias operacionais. A StoneCo costuma realizar captações no exterior garantidas por empresas operacionais de seu grupo econômico, incluindo a Companhia. Em junho de 2021, a StoneCo captou US\$500 milhões por meio da emissão de títulos de dívida no exterior, os quais contam com garantia da Companhia. A Companhia não pode garantir que não figurará como garantidora de futuras transações no âmbito de novas oportunidades de negócios e investimentos que a StoneCo busque no mercado internacional. Por fim, a Companhia aumenta sua exposição a riscos cambiais, uma vez que a StoneCo é uma *limited liability company* (companhia de responsabilidade limitada) constituída de acordo com a legislação das Ilhas Cayman e seus negócios e investimentos são valorizados em moeda estrangeira, principalmente o dólar norte-americano. Eventual inadimplemento da StoneCo no âmbito de qualquer endividamento em que a Companhia figura como garantidora, pode fazer com que a Companhia seja acionada para realizar os pagamentos devidos, tendo um impacto material adverso em sua situação financeira.

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

Para mais informações acerca das transações com partes relacionadas da Companhia, veja os itens 10.6, 16.2, 16.3 e 16.4, respectivamente, deste Formulário de Referência.

***Decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais e administrativos, incluindo ações civis públicas, podem causar efeitos adversos para a situação financeira da Companhia e sua imagem.***

A Companhia é ré em processos judiciais, seja nas esferas cível e trabalhista, assim como em processos administrativos e procedimentos arbitrais. A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis, ou, ainda, que terá provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos eventualmente decorrentes desses processos. Decisões contrárias aos interesses da Companhia que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios poderão afetar adversamente, inclusive em aspectos reputacionais, a Companhia.

Sentenças desfavoráveis à Companhia, poderão sujeitá-la à exposição negativa de imagem, bem como impedi-la de realizar seus negócios, experimentar benefícios fiscais, contratar com poder público, entre outros, o que poderá afetar adversamente a Companhia.

Adicionalmente, os administradores da Companhia, de suas controladas ou coligadas podem vir a ser parte em processos judiciais, arbitrais e administrativos seja nas esferas cível, tributária, trabalhista, ambiental e/ou criminal, assim como em processos administrativos e procedimentos arbitrais, cuja instauração e/ou resultados podem afetá-los negativamente, eventualmente impossibilitando-os ao exercício de suas funções na Companhia e/ou afetando a reputação e negócios da Companhia direta ou indiretamente.

Para mais informações sobre os processos judiciais e administrativos, vide seções 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

***A Companhia poderá não pagar dividendos ou juros sobre capital próprio aos titulares das ações de sua emissão, o que poderá afetar adversamente o preço desses valores mobiliários.***

O estatuto social da Companhia não determina o percentual mínimo de lucro que deve ser distribuído como dividendo, sendo assim, a Companhia deve pagar aos acionistas um dividendo anual obrigatório não inferior a 50% de seu lucro líquido anual, calculado e ajustado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”). No caso de resultado líquido negativo, o acionista não tem direito ao recebimento de dividendo e/ou juros sobre capital próprio. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio declarados em cada exercício social poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório do resultado do exercício social em que forem distribuídos. Adicionalmente, o lucro ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações pode ser utilizado para absorver prejuízos ou apropriado de outra forma, conforme permitido pela legislação societária brasileira e pode não ser disponibilizado para o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio. Além disso, mesmo na hipótese de verificação de resultado líquido positivo, caso o Conselho de Administração da Companhia informe à assembleia geral de acionistas que o pagamento de proventos é incompatível com a sua situação econômica, poderá não haver pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas, o que pode afetar adversamente o preço das ações de sua emissão.

Por fim, a isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos e a tributação atualmente incidente no pagamento de juros sobre capital próprio prevista na legislação vigente poderá ser revista e tanto os dividendos recebidos, quanto os distribuídos pela Companhia, poderão passar a ser tributados e/ou, no caso dos juros sobre capital próprio, ter sua tributação majorada no futuro, impactando adversamente o valor líquido a ser recebido pelos acionistas a título de participação nos resultados da Companhia. Para mais informações sobre as políticas e o

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

histórico de destinação de resultados da Companhia, veja o item 3.4 deste Formulário de Referência.

*A Companhia pode não ser capaz de evitar que membros de sua administração, empregados e/ou terceiros, agindo ou não em seu nome, bem como eventuais representantes e parceiros, atuem em situações contrárias à legislação aplicável e à regulação, incluindo em atos que se qualificam como corrupção, lavagem de dinheiro, suborno, improbidade administrativa e outras condutas similares no Brasil ou em outras jurisdições, o que pode expor a Companhia, os membros de sua administração e empregados a sanções judiciais, financeiras e administrativas, impactando de maneira adversa a Companhia, podendo gerar danos à sua imagem.*

A Companhia está sujeita à Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada, e a seu regulamento segundo o Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015 (“Lei Anticorrupção”), que impõe responsabilidade objetiva na esfera civil e administrativa às pessoas jurídicas por atos lesivos à administração pública nacional ou internacional e por atos de fraude e corrupção, de seus administradores, empregados ou terceiros atuando em seu nome. Sanções por descumprimento da Lei Anticorrupção incluem: (i) multas, sanções e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perdimento de bens, direitos ou valores obtidos ilícitamente, (iii) suspensão total ou parcial das atividades, (iv) dissolução compulsória da pessoa jurídica, e (v) proibição de contratar ou receber benefícios ou incentivos fiscais e de crédito de entidades públicas, podendo qualquer uma dessas sanções afetar de maneira significativamente negativa a reputação da Companhia e seus resultados. Todas essas circunstâncias podem ter um efeito adverso relevante sobre a reputação da Companhia, bem como sobre suas operações, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia poderá não conseguir detectar ou prevenir: (i) o descumprimento da Lei Anticorrupção ou de leis semelhantes que versem sobre matérias de anticorrupção, (ii) eventual comportamento fraudulento e desonesto cometido por seus acionistas, executivos, empregados, parceiros, representantes ou quaisquer terceiros contratados pela Companhia, ou (iii) qualquer outro comportamento que não seja coerente com os princípios éticos. A ocorrência de qualquer um de tais acontecimentos poderá afetar negativamente a Companhia e sua reputação.

A Companhia não possui meios de verificar de forma independente, nem controle sobre as informações ou declarações disponibilizadas por suas contrapartes sobre a correta aplicação de leis e regulamentos, o que pode não ser eficaz na prevenção de que suas contrapartes utilizem os relacionamentos estabelecidos com a Companhia para ato de corrupção. Se a Companhia, qualquer de suas subsidiárias, administradores, empregados e/ou terceiros, bem como eventuais representantes e parceiros, agindo ou não em seu nome, vierem a ser associados, ou mesmo acusados de estarem associados ou de estarem envolvidos em casos de corrupção, de forma direta ou indireta, a reputação da Companhia poderá ser negativamente afetada e/ou a sujeitará a multas, sanções e/ou obrigações legais, podendo qualquer uma delas ter um efeito material adverso relevante para a Companhia.

**b) Riscos relacionados ao controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle da Companhia**

*O acionista controlador da Companhia poderá ter interesses que sejam divergentes dos interesses da Companhia, podendo ter impacto adverso na Companhia.*

O acionista controlador da Companhia detém a totalidade do capital votante e têm o poder, entre outras matérias, de eleger a maioria dos membros do conselho de administração da Companhia e, portanto, determinar o resultado final das deliberações sobre os negócios da Companhia cuja

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

deliberação seja de competência do conselho de administração ou dos acionistas (incluindo operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos, bem como o montante e a ocasião para distribuição de dividendos ou remunerações de capital similares, ressalvadas as exigências de distribuição de dividendo mínimo obrigatório, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do estatuto social da Companhia). O acionista controlador da Companhia poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações, buscar financiamentos ou operações similares, além de definir estratégias de negócios e aprovar orçamento anual, contrárias aos interesses da Companhia, ou ainda, utilizar as empresas operacionais de seu grupo econômico (dentre as quais, a Companhia se encontra) para garantir captações realizadas no exterior ou no Brasil, podendo afetar adversamente a Companhia. A Companhia não pode garantir que seu acionista controlador atuará de maneira consistente com os melhores interesses da Companhia.

Para mais informações acerca das transações entre Companhia e seu controlador, veja os itens 10.6, 16.2, 16.3 e 16.4, respectivamente, deste Formulário de Referência.

##### **c) Riscos relacionados aos acionistas da Companhia**

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus acionistas, além daqueles descritos no item “(b)” acima.

##### **d) Riscos relacionados às sociedades controladas e coligadas da Companhia**

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja sua controlada e/ou coligadas, além daqueles descritos no item “(b)” acima.

##### **e) Riscos relacionados aos fornecedores da Companhia**

*A Companhia contrata armazenamento dos dados e informações produzidos em suas operações diretamente na rede mundial de computadores (armazenamento em “nuvem”). Eventuais interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação pelos responsáveis pelo armazenamento desses dados ou informações poderão acarretar a perda ou divulgação de informações relevantes, a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser, direta ou indiretamente, afetados por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente a Companhia.*

As operações digitais da Companhia dependem do funcionamento eficiente e ininterrupto de seus sistemas de tecnologia da informação. Os dados e informações gerados em suas operações são processados e armazenados em servidores virtuais diretamente na rede mundial de computadores (armazenamento em “nuvem”). Caso estes servidores tenham seu funcionamento interrompido por falhas próprias, falhas na prestação de serviços pelos fornecedores contratados, seja por infecção por vírus nos computadores, invasão física ou eletrônica, ou em razão da impossibilidade de cumprimento das disposições contratuais aplicáveis, pode haver a interrupção temporária das operações da Companhia, bem como a sua responsabilização perante terceiros que venham a ser afetados direta ou indiretamente por tais ocorrências, o que pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

*A Companhia poderá ser responsabilizada por obrigações trabalhistas de terceiros que lhe prestam serviços, podendo sofrer impactos adversos à sua reputação e a seus resultados financeiros.*

De acordo com as leis trabalhistas vigentes na data deste Formulário de Referência, se as empresas que prestam serviços à Companhia não cumprirem com suas obrigações de acordo com a legislação trabalhista e previdenciária aplicáveis, a Companhia poderá ser responsabilizada solidária ou subsidiariamente por tal descumprimento, podendo ser incluída no polo passivo de processos trabalhistas movidos por trabalhadores terceirizados que lhe prestaram serviços,

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

ficando sujeita à eventual obrigação de pagamento de condenações judiciais, multas e outras penalidades, o que poderá afetar negativamente a situação financeira e a reputação da Companhia.

**f) Riscos relacionados aos clientes da Companhia**

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus clientes, além daqueles descritos no item “(a)” acima.

**g) Riscos relacionados aos setores da economia nos quais a Companhia atue**

A Companhia entende que não está sujeita a riscos relevantes cuja fonte seja seus clientes, além daqueles descritos nos itens “(h)” abaixo.

**h) Riscos relacionados à regulação dos setores em que a Companhia atue**

***Mudanças na legislação fiscal e previdenciária brasileira poderão afetar adversamente os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia.***

O Governo Federal implementa, regularmente, mudanças na legislação fiscal, previdenciária e outras leis e regimes de tributação que afetam a Companhia e suas investidas. Essas mudanças incluem alterações nas alíquotas e, ocasionalmente, o estabelecimento de alíquotas temporárias, cujos recursos são destinados a determinados fins governamentais. Algumas dessas medidas poderão resultar em aumento dos pagamentos de impostos e contribuição para a previdência social, o que pode afetar adversamente os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia. Não é possível assegurar que a Companhia será capaz de manter seus resultados caso ocorram aumentos substanciais nos impostos incidentes sobre a Companhia, suas investidas e suas operações.

Adicionalmente, no passado as reformas fiscais trouxeram incertezas para o sistema financeiro nacional, aumentaram o custo dos créditos e contribuíram para aumentar a inadimplência, o mesmo podendo ocorrer no futuro. Não é possível prever o efeito de reformas fiscais que possam vir a ser implementadas pelo Governo Federal, tampouco assegurar que qualquer reforma fiscal que venha a ser empreendida no futuro não tenha um efeito adverso sobre os resultados operacionais e a capacidade financeira da Companhia.

***A Companhia poderá estar sujeita a riscos associados ao não cumprimento das leis e regulamentos referentes à proteção de dados no Brasil ou em outra jurisdição, o que poderá afetar negativamente a Companhia devido a prejuízos reputacionais, aplicação de multas e outras sanções.***

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados, (“**LGPD**”), regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais no Brasil, por meio de um sistema de regras que impacta todos os setores da economia e prevê, dentre outras providências, os direitos dos titulares de dados pessoais, as hipóteses em que o tratamento de dados pessoais é permitido (bases legais), as obrigações e requisitos relativos a incidentes relevantes de segurança da informação envolvendo dados pessoais, vazamentos, transferência e compartilhamento de dados pessoais, bem como sanções para o descumprimento de suas disposições. Ainda, a LGPD autorizou a criação da ANPD, responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas previstas na LGPD.

Em caso de violação de suas disposições, a Companhia estará sujeita de forma isolada ou cumulativa, às seguintes penalidades administrativas, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil por suas violações danosas aos titulares: (a) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; obrigação de divulgação da infração; (b) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis)

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (c) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; (d) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais; (e) multa simples ou diária de até 2% (dois por cento) do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais) por infração; ou mesmo (f) a proibição total ou parcial do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados pessoais.

A Companhia trata dados pessoais de no curso normal de seus negócios. A Companhia poderá enfrentar dificuldades em cumprir a LGPD, devido à quantidade e complexidade das novas obrigações introduzidas, bem como devido à falta de regulamentação suficiente ou ausência de segurança jurídica, diante da ainda atual estruturação da ANPD. A Companhia poderá ser alvo de sanções caso não consiga demonstrar conformidade com a LGPD e outras leis aplicáveis, se sujeitando a perdas financeiras e de reputação, o que pode afetar significativamente os resultados financeiros da Companhia.

*Alterações na legislação tributária aplicável à Companhia poderão aumentar a carga tributária da Companhia, inclusive por meio de novos tributos, afetar regimes tributários especiais, benefícios fiscais e decisões futuras das autoridades fiscais competentes, o que poderá ter um efeito negativo sobre o fluxo de caixa, a rentabilidade e os resultados da Companhia.*

O governo brasileiro frequentemente implementa mudanças nos regimes tributários que podem afetar a Companhia e suas investidas, inclusive em decorrência da ratificação ou alteração de tratados fiscais. Essas medidas incluem mudanças nas alíquotas de tributos vigentes e a criação de tributos, tanto temporários quanto permanentes, cujas receitas são destinadas a finalidades governamentais específicas. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode afetar negativamente e de forma relevante a sua rentabilidade e restringir sua capacidade de fazer negócios em seus atuais mercados e afetar adversamente seus resultados financeiros.

A pandemia da COVID-19 e a declaração de estado de calamidade poderão resultar em impactos socioeconômicos de longo alcance, incluindo uma possível redução nas receitas fiscais no Brasil e um aumento na demanda por gastos públicos em setores-chave. Nesse cenário, os governos federal, estadual e municipal brasileiros poderão implementar alterações legislativas que imponham, ainda que temporariamente, tributos adicionais sobre as operações da Companhia. Qualquer uma dessas medidas poderá afetar negativamente as atividades e resultados da Companhia.

Além disso, existem discussões sobre a imposição de novos tributos (incluindo empréstimos compulsórios, tributos sobre patrimônio pessoal significativo e um tributo sobre operações digitais) e a revogação da atual isenção de imposto de renda sobre a distribuição de dividendos. Além disso, tramitam no Congresso brasileiro propostas para a implementação de uma reforma tributária. Entre as propostas em discussão, está uma mudança abrangente no regime de tributação sobre o consumo no Brasil, que extinguiria três tributos federais, um tributo estadual e um tributo municipal em favor da criação de um tributo único sobre o consumo. A implementação de uma reforma tributária ou de alterações nas leis, regulamentações e demais normas aplicáveis que alterem os tributos aplicáveis à Companhia poderão afetar negativamente os negócios e resultados operacionais da Companhia.

**i) Riscos relacionados aos países estrangeiros onde a Companhia atue**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não atua em outro país que não o Brasil.

**j) Riscos relacionados a questões socioambientais**

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

***Descumprimento da legislação e da regulamentação ambiental pode sujeitar a Companhia a sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparar eventuais danos ao meio ambiente e a terceiros. A edição de normas ambientais de conteúdo mais rígido pode gerar aumento de gastos da Companhia, podendo causar impacto adverso em sua condição financeira.***

A Companhia está sujeita a uma série de leis e regulamentações federais, estaduais e municipais relacionadas à proteção do meio ambiente, estabelecendo requisitos para autorização e licenciamento ambiental de atividades específicas, assim como padrões para descarte de efluentes e emissões atmosféricas, gerenciamento de resíduos sólidos, implantação de sistemas de logística reversa e proteção de áreas especialmente protegidas.

Qualquer descumprimento das leis e regulamentações aplicáveis poderá sujeitar a Companhia a sanções administrativas (tais como multas de até R\$50 milhões e suspensão total ou parcial de atividades) e criminais, além de obrigar a Companhia a reparar ou indenizar eventuais danos causados ao meio ambiente e/ou a terceiros. Na esfera civil, os danos ambientais implicam a responsabilidade solidária e objetiva, independentemente da comprovação de culpa dos agentes ou de seu envolvimento direto, havendo apenas necessidade de comprovação do nexo entre a atividade exercida e os danos verificados.

Adicionalmente, a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, conforme alterada, prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica quando essa for considerada um obstáculo à recuperação de danos causados ao meio ambiente. Nesse sentido, diretores, acionistas e/ou parceiros podem, juntamente com a empresa poluidora, ser responsabilizados por danos ao meio ambiente. Assim, qualquer sanção ou obrigação poderá reduzir o capital da Companhia disponível para outros investimentos, o que poderá, por sua vez, afetar negativamente os resultados operacionais e a reputação da Companhia.

Além disso, a Companhia não pode garantir que as leis ambientais aplicáveis não se tornarão mais restritivas com o tempo, seja pela publicação de novas normas ou pela adoção de interpretações mais rígidas das leis ambientais existentes ou, ainda, divergentes da interpretação adotada pela Companhia. Nesse cenário, a Companhia poderá ser obrigada a realizar investimentos adicionais para cumprir com as exigências decorrentes de interpretações ou de novas normas, o que pode afetar adversamente seus resultados operacionais e sua situação financeira.

***Desastres e eventos imprevisíveis poderão causar interrupções nas operações da Companhia e, portanto, afetar adversamente seus resultados operacionais.***

Desastres e eventos imprevisíveis que estão fora do controle da Companhia, incluindo guerras, pandemias (como a pandemia da COVID-19), atividades de terrorismo e desastres naturais, tais como inundações, incêndios e secas severas poderão afetar negativamente a economia e, conseqüentemente, a Companhia, suas operações e as operações de suas investidas, dos seus fornecedores e prestadores de serviço. Esses eventos também poderão afetar negativamente o consumo ou resultar em instabilidade política ou econômica.

***Preocupações crescentes com as alterações climáticas podem levar à exigência de medidas regulatórias adicionais, que podem causar impactos negativos no resultado da Companhia.***

Regulamentações ambientais mais restritivas podem resultar na imposição de custos associados às emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), seja por meio de exigências por parte dos órgãos ambientais, seja por meio de outras medidas de natureza regulatória e ambiental. Devido à preocupação quanto ao risco das alterações climáticas, uma série de países, incluindo o Brasil, adotou ou está considerando adotar marcos regulatórios que, entre outras regras, visam a reduzir a emissão de GEE. Regulamentações sobre GEE poderão aumentar os custos da Companhia para

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

estar em conformidade com a legislação ambiental. Tal situação poderá afetar os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

Ademais, o negócio das investidas da Companhia é suscetível às variações climáticas, que podem demandar a realização de investimentos adicionais e não planejados, podendo afetar adversamente a Companhia. Condições climáticas adversas podem interferir no cronograma de execução dos projetos, o que pode levar ao adiamento de investimentos, impactando negativamente a Companhia.

##### **k) Riscos relacionados a questões macroeconômicas**

*O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como a conjuntura econômica e política brasileira, podem ter um efeito adverso sobre a Companhia.*

Os negócios, condição financeira e resultados da Companhia dependem, substancialmente, da economia brasileira, que, em sua história, já passou por diversas intervenções do Governo Federal e por ciclos econômicos voláteis.

O Governo Federal poderá intervir na economia brasileira e realizar modificações significativas em suas políticas e normas monetárias, creditícias, tarifárias, fiscais e outras de modo a influenciar a economia brasileira. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, implicaram, no passado, em controles de preços e salários, desvalorização do Real, bloqueio ao acesso a contas bancárias, controles sobre remessas de fundos para o exterior, intervenção do Banco Central para afetar as taxas básicas de juros, entre outras. A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal poderá adotar no futuro, e pode não as prever. A Companhia poderá vir a ser negativamente afetada por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- variação cambial;
- expansão ou contração da economia brasileira e/ou internacional, conforme medida pelas taxas de crescimento do produto interno bruto;
- inflação;
- taxas de juros;
- flutuações nas taxas de câmbio;
- reduções salariais e dos níveis econômicos;
- aumento do desemprego;
- políticas cambiais, monetária e fiscal;
- mudanças nas leis fiscais e tributárias;
- racionamento de água e energia;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; e
- outros fatores políticos, sociais, diplomáticos e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza em relação à implementação de mudanças por parte do governo brasileiro e às diretrizes da política econômica pode criar instabilidade na economia brasileira e contribuir para a desconfiança dos agentes financeiros, aumentando a volatilidade no mercado de capitais brasileiro, bem como no preço dos títulos de emissores brasileiros. Como exemplo, de 2013 a 2016, a deterioração dos resultados fiscais dos governos federal, estadual e municipal causaram um aumento sem precedentes nos valores da dívida bruta, bem como da relação desse indicador em relação ao produto interno bruto, inclusive levando o Brasil à perda do grau de investimento na avaliação das agências classificadoras de risco, reduzindo o fluxo de capitais estrangeiros para o país e contribuindo para um menor nível de atividade econômica.

A Companhia pode não prever quais políticas fiscais, monetárias, previdenciárias e outras políticas serão adotadas no futuro pelo governo, ou se essas políticas resultarão em consequências

#### 4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco

adversas para a economia brasileira e para a Companhia.

***A instabilidade política poderá afetar negativamente a economia brasileira, bem como as atividades e resultados da Companhia.***

O ambiente político brasileiro historicamente influenciou e continua a influenciar a economia do Brasil, bem como a confiança dos investidores e do público em geral, resultando em desaceleração econômica e volatilidade dos preços dos títulos (incluindo valores mobiliários) emitidos por empresas brasileiras. Recentemente, o cenário político e econômico brasileiro passou por altos níveis de volatilidade e instabilidade, incluindo a contração do produto interno bruto, ou PIB, fortes oscilações do real em relação ao dólar americano, aumento do desemprego e menores níveis de gastos e confiança do consumidor. Esse cenário pode se intensificar com a eleição presidencial brasileira a ser realizada em outubro de 2022.

Em especial, o mercado de capitais brasileiro tem observado um aumento na volatilidade devido à incerteza das investigações em andamento pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Federal. Essas investigações afetaram o ambiente econômico e político do Brasil. O eventual desfecho dessas e de outras investigações permanece incerto, mas essas investigações já afetaram negativamente a reputação das empresas envolvidas, bem como a percepção geral do mercado sobre a economia brasileira. Não há garantia de que essas investigações em andamento não levarão a mais instabilidade política e econômica, ou se novas alegações contra membros e executivos do governo e/ou empresas privadas surgirão no futuro. O Presidente do Brasil tem poder para determinar políticas e expedir atos governamentais relativos à condução da economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo os da Companhia.

Além disso, qualquer dificuldade do governo federal em conseguir maioria no congresso nacional poderia resultar em impasse no Congresso, agitação política e manifestações e/ou greves que poderiam afetar adversamente as operações da Companhia. Incertezas em relação à implementação, pelo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, bem como à legislação pertinente, podem contribuir para a instabilidade econômica. Essas incertezas e novas medidas podem aumentar a volatilidade do mercado de títulos brasileiros.

O Presidente do Brasil tem sido duramente criticado no Brasil e internacionalmente a respeito, dentre outros, da condução do combate à pandemia da COVID-19. No intuito de investigar as ações e omissões do governo federal no combate à COVID-19, incluindo possíveis irregularidades, fraudes e superfaturamento em contratos de serviços realizados com recursos originados da União, foi criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (“CPI”), aumentando a incerteza política e prejudicando a estabilidade do Brasil, considerando, inclusive, alegações de corrupção contra o Presidente do Brasil e seus familiares. Ao longo de 2021, a Câmara dos Deputados recebeu inúmeros pedidos de impeachment do Presidente do Brasil em decorrência de tais fatos. À medida que o apoio ao impeachment do Presidente do Brasil ganha força e que aumentam as especulações sobre uma intervenção militar no Brasil, a instabilidade política no Brasil tem se intensificado e poderá continuar a desestabilizar o ambiente político e econômico brasileiro. Não há garantia sobre quais políticas o Presidente do Brasil adotar ou se tais políticas ou mudanças nas políticas atuais terão um efeito adverso sobre a economia brasileira ou sobre a Companhia.

***A economia do Brasil é vulnerável a choques externos que podem ter um efeito adverso importante sobre o crescimento econômico do Brasil, sobre os negócios da Companhia e sobre seu resultado operacional.***

A globalização do mercado de capitais aumentou as vulnerabilidades dos países a eventos adversos. A crise econômica que atingiu o Brasil em 2014 levou à redução da liquidez, problemas

#### **4. Fatores de risco / 4.1 - Descrição - Fatores de Risco**

no mercado de crédito e recessão econômica nos países desenvolvidos, o que afetou negativamente os mercados emergentes. As perdas financeiras e deficiências de caixa, as falências de instituições financeiras e não financeiras e uma diminuição na confiança dos agentes econômicos aumentaram a aversão ao risco e levaram a concessão de empréstimos mais cautelosa.

Além disso, problemas fiscais em vários países, especialmente na Europa, intensificaram as preocupações quanto à sustentabilidade fiscal de economias mais frágeis e reduziu a confiança dos investidores internacionais, trazendo volatilidade aos mercados. Esse ambiente pode afetar a capacidade da Companhia de obter financiamento no mercado de capitais internacional, restringindo o mercado de crédito.

A ocorrência de efeitos negativos como os mencionados acima pode levar à deterioração das condições econômicas no Brasil e os impactos resultantes, podem ter um impacto direto sobre os negócios da Companhia, limitando a capacidade de alcançar as estratégias e afetar os resultados.

## 4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado

Além dos riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, os principais riscos de mercado que podem impactar adversamente a Companhia e seu setor de atuação, são:

### Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que surge na possibilidade de perda financeira no valor justo ou nos fluxos de caixa futuros de qualquer instrumento financeiro devido a mudanças nas condições de mercado.

No curso normal dos negócios, a Companhia efetua transações financeiras sujeitas a variáveis de mercado, portanto expostas ao risco de mercado. A tesouraria do Grupo StoneCo. (“Tesouraria Global”) gerencia essas exposições para minimizar os impactos das flutuações dos preços de mercado nas atividades do Grupo StoneCo.

O risco de mercado compreende principalmente dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Os efeitos dos fatores de mercado nas demonstrações financeiras da Companhia são discutidos abaixo.

Os instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, e instrumentos financeiros derivativos, quando aplicável.

### Risco de Taxa de Juros

É o risco de perdas atrelado a variações na taxa de juros, sendo resultado do descasamento da taxa de juros entre os ativos e passivos e/ou por variação dos seus vencimentos.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre principalmente de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. As aplicações financeiras contratadas em reais estão expostas, principalmente, à variação da taxa de juros dos Depósitos Interfinanceiros (“DI”).

#### *Análise de sensibilidade de taxa de juros*

A Companhia realizou uma análise de sensibilidade do risco de taxa de juros aos quais os instrumentos financeiros estão expostos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018. Para esta análise, a Companhia adotou como cenário provável as taxas de juros futuras em 31 de dezembro de 2020 1,90% (4,40% em 31 de dezembro de 2019, 6,40% em 31 de dezembro de 2018) para o DI, disponíveis na CETIP. Desta maneira foi definido o cenário provável e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%:

Operação	31/12/2020	Risco	Cenário I 1,90%	Cenário II 1,43%	Cenário III 0,95%
Caixa e equivalentes de caixa	45.825	Diminuição do CDI	520	391	260
Aplicações financeiras	2.028.059	Diminuição do CDI	261.167	193.364	127.258
			261.687	193.755	127.518

**4. Fatores de risco / 4.2 - Descrição - Riscos de Mercado**

<b>Operação</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
			4,40%	3,30%	2,20%
Caixa e equivalentes de caixa	4.418	Diminuição do CDI	116	87	58
Aplicações financeiras	2.273.322	Diminuição do CDI	507.979	373.394	243.965
			508.095	373.481	244.023

<b>Operação</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
			6,40%	4,80%	3,20%
Caixa e equivalentes de caixa	2.985	Diminuição do CDI	113,00	85,00	57,00
Aplicações financeiras	1.889.528	Diminuição do CDI	635.151	462.692	299.593
			635.264	462.777	299.650

<b>Operação</b>	<b>31/12/2018</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Empréstimos e financiamentos	783	Aumento do CDI	50	63	75
Taxa sujeita à variação			6,40%	8,00%	9,60%

#### 4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes

Para os fins deste item 4.3, foram considerados como individualmente relevantes processos em que a Companhia e suas controladas figuram como parte e que (i) possam vir a impactar de forma significativa o patrimônio ou os negócios da Companhia, ou (ii) individualmente possam vir a impactar negativamente a imagem da Companhia.

##### (i) *Trabalhistas*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava como ré nos processos de natureza trabalhista individualmente relevantes abaixo descritos.

<b>Processo nº 1000986-85.2016.5.02.0036</b>	
<b>Juízo</b>	36ª Vara do Trabalho de São Paulo
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	09/06/2016
<b>Partes no processo</b>	F.F.S (Reclamante) MNLT S.A. (Reclamada)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 87.227,50
<b>Principais fatos</b>	Trata-se de reclamação trabalhista movida por empregado próprio, no qual a sentença condenou a Reclamada no pagamento de diferenças salariais decorrentes de equiparação salarial com a Sra. Andreia Alves da admissão até 18/02/2015 e com a Sra. Cláudia Mendes de 19/02/2015 até o término do contrato, observando-se a evolução salarial do reclamante e do salário dos paradigmas constantes nos documentos juntados pela Reclamada (fls. 64/70) e reflexos.
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia</b>	Ação parcialmente procedente, com chances de condenação correspondente.
<b>Valor Provisionado</b>	R\$ 101.889,59

##### (ii) *Tributários*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não era parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais de natureza tributária não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia.

##### (iii) *Cíveis*

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia figurava como ré nos processos judiciais de natureza cível não sigilosos, individualmente relevantes, abaixo descritos.

<b>Processo nº 1137955-91.2016.8.26.0100</b>	
<b>Juízo</b>	2ª Vara Cível de São Paulo
<b>Instância</b>	2ª instância
<b>Data de instauração</b>	16/12/2016
<b>Partes no processo</b>	Scansource Brasil Distribuidora de Tecnologias Ltda. (“Autor”); MNLT S.A. (“Réu”).

**4. Fatores de risco / 4.3 - Processos não sigilosos relevantes**

<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 368.769,76
<b>Principais fatos</b>	Trata-se de ação indenizatória relacionada ao recebimento de chargebacks pelo Autor em parte das vendas realizadas por meio do serviço de aquisição MNLT.
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia</b>	Foi proferida sentença de procedência condenando a MNLT no valor de R\$ 368.769,76 (a ser atualizado com aplicação de juros, correção e multa).
<b>Valor Provisionado</b>	R\$ 423.342,19

<b>Processo nº 1128972-06.2016.8.26.0100</b>	
<b>Juízo</b>	40ª Vara de Cível de São Paulo
<b>Instância</b>	Instrução
<b>Data de instauração</b>	29/11/2016
<b>Partes no processo</b>	Alsaiva Comércio, Empreendimentos Imobiliários e Participações EIRELI (Exequente) MNLT S.A. (Exequido)
<b>Valores, bens ou direitos envolvidos</b>	R\$ 201.179,17
<b>Principais fatos</b>	Trata-se de execução de Instrumento “ <i>Particular de Acordo de Quitação e Rescisão do Termo de Compromisso</i> ”, firmado entre Alsaiva e MNLT no valor histórico de R\$201.179,17.
<b>Chance de perda</b>	Provável
<b>Análise do impacto em caso de perda/ Razões da relevância do processo para a Companhia</b>	Distribuída a ação em 28.11.2016, foi proferido despacho determinando a emenda à petição inicial para recolhimento correto das custas iniciais. Em cumprimento ao despacho, a exequente apresentou emenda à inicial em 06.12.2016. A petição inicial foi acolhida em 19.12.2016, determinando o juiz a citação da MNLT para pagamento da dívida. Juntado o AR positivo nos autos da execução no dia 01.07.2017, apresentamos em 14.07.2017 exceção de pré-executividade, pugnando pelo reconhecimento da inexistência de título executivo em favor da exequente. Em 21.07.2017 ajuizamos embargos à execução ventilando temas semelhantes
<b>Valor Provisionado</b>	R\$231.112,35

**(iv) Outros**

Todos os processos que possam ser considerados relevantes em que a Companhia figurava como parte em 31 de dezembro de 2020 foram descritos nos subitens “i”, “ii” e “iii” acima.

**4.3.1 Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.3**

Em 31 de dezembro de 2020, o valor total provisionado para os processos descritos no item 4.3 acima totalizam R\$ 756.344,13.

**4. Fatores de risco / 4.4 - Processos não sigilosos – Adm/Contr/Invest**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**4.4.1 - Valor total provisionado dos processos descritos no item 4.4**

Tendo em vista que o item 4.4 acima é de preenchimento facultativo para os emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480, o presente item não é aplicável.

#### **4. Fatores de risco / 4.5 - Processos sigilosos relevantes**

Não aplicável, dado que não existem processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia seja parte.

#### **4. Fatores de risco / 4.6 - Processos repetitivos ou conexos**

Não aplicável, dado que não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto para os negócios da Companhia.

#### **4. Fatores de risco / 4.7 - Outras contingências relevantes**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido divulgadas nos itens 4.1 a 4.6 deste Formulário de Referência.

#### **4. Fatores de risco / 4.8 - Regras-país origem/país custodiante**

Não aplicável, dado que a Companhia é um emissor nacional e com valores mobiliários custodiados no Brasil.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos****a. Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**b. Estruturas organizacionais envolvidas**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

Em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020 e ao período de sete meses findo em 31 de julho de 2021, os auditores independentes não reportaram deficiências significativas na estrutura de controles internos da Companhia.

**e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Conforme mencionado no item (d) acima, os auditores independentes não reportaram deficiências significativas na estrutura de controles internos da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:**

- a) **Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia, como empresa do Grupo StoneCo, adota práticas destinadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme Código de Ética do Grupo StoneCo (“Código de Ética”).

- (i) **os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia adota, como mecanismos e procedimentos de integridade, o Código de Ética, adaptadas anualmente, em linha com a reavaliação dos riscos. O Código de Ética é aplicável a todos os nossos colaboradores, executivos, parceiros, fornecedores e clientes. O Código de Ética tem por objetivo sintetizar os padrões de conduta que irão guiar as ações da empresa, assim como reforçar o nosso compromisso com a ética. Nesse sentido, o documento estabelece as premissas básicas de comportamento e conduta que são suportadas pela Companhia ao nos relacionar com fornecedores, clientes, parceiros, meio ambiente, órgãos governamentais e com a sociedade em geral, assim como as condutas e comportamentos que não são tolerados dentro da Companhia.

- (ii) **as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existente**

A Diretoria de Compliance e Gestão Integrada de Riscos da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A.), controladora e única acionista da Companhia (“Stone Pagamento”), é responsável por garantir o cumprimento da legislação aplicável à Companhia e aos seus colaboradores, além de assegurar um ambiente ético e não favorável a fraudes dentro da Companhia e a ação de seus colaboradores e clientes no melhor padrão de conduta ética.

Para tanto, realiza, entre outros: (i) a identificação de riscos, acompanhamento e sugestão de planos de ação para mitigá-los; (ii) a elaboração e/ou revisão de políticas, procedimentos e planos; (iii) treinamentos periódicos; (iv) o acompanhamento e elaboração de planos de ação e reportes periódicos de obrigações regulatórias aplicáveis à Companhia; (v) a orientação e diretrizes de modo a resguardar os clientes, parceiros e colaboradores da Companhia dos riscos inerentes às atividades desempenhadas pela Companhia, de modo a zelar pela boa reputação e interesses da Companhia; (vi) o aconselhamento à alta administração quanto aos assuntos regulatórios aplicáveis à Companhia e do seu potencial impacto; (vii) a análise de transações suspeitas de lavagem de dinheiro e terrorismo, para posterior reporte ao COAF; e (viii) o gerenciamento do Canal de Denúncias da Companhia.

A Diretoria da Companhia reporta para os seguintes órgãos da Stone Pagamento: Presidência, Comitê de Auditoria e Comitê de Riscos.

- (iii) **se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia deve observar o Código de Ética descrito na seção 5.4.(a).i acima.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Ética se aplica a todos os colaboradores e terceiros que o Grupo StoneCo mantenha relacionamento.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Todos os Colaboradores são submetidos anualmente a treinamentos sobre o conteúdo do Código de Ética, em formato *e-learning*.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O desrespeito às regras estipuladas no Código de Ética será avaliado e poderá levar à aplicação de medidas administrativas punitivas e, até mesmo, rescisórias. Tais medidas incluem advertência (verbal ou escrita), suspensão e rescisão do contrato de trabalho. No caso de terceiros, a rescisão contratual. Estando resguardadas as ações judiciais cabíveis.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Ética, aplicável à Companhia foi aprovado pela StoneCo em 2020.

O Código de Ética pode ser consultado no site de Relações com Investidores da StoneCo <https://investors.stone.co/>, e no site do canal de denúncias da Companhia <https://www.canalconfidencial.com.br/orelhaostone/>.

### b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia, como empresa do Grupo StoneCo, disponibiliza um canal de denúncias a todos os colaboradores, fornecedores e terceiros e público em geral que tenham interesse em comunicar e, se desejarem, de forma anônima, a respeito de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios éticos e padrões de conduta da Companhia, às demais políticas da Companhia, às Leis Anticorrupção e demais leis e regulamentações aplicáveis às suas atividades (“Canal de Denúncias”). O Canal de Denúncias está disponível para todas as empresas controladas pela Stone Pagamento, incluindo a Companhia.

O Canal de Denúncias pode ser acessado de forma gratuita, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana pelo site <https://www.canalconfidencial.com.br/orelhaostone/>, e caso o colaborador e/ou fornecedor deseje, o relato pode ser feito também pelo telefone 0800 591 0579, de segunda-feira a sexta-feira das 09h às 19h.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

As informações registradas pelo Canal de Denúncias serão recebidas por uma empresa independente e especializada, a ICTS, que será responsável pela análise inicial das alegações, classificação e triagem, assim como irá assegurar o sigilo absoluto e o tratamento adequado de cada situação pela alta administração da Stone, sem conflito de interesses. Denúncias que não envolvam a alta administração da Stone Pagamento serão

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

encaminhadas para a tratativa interna do time do Orelhão, que ficará responsável pela apuração, acompanhamento e remediação das alegações reportadas.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se receber denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias também pode ser acessado pelos fornecedores, intermediários ou quaisquer terceiros que possam ter interesse em reportar uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de irregularidades.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

Todas as comunicações feitas ao Canal de Denúncias da Companhia serão confidenciais e poderão ser feitas de forma anônima, caso o denunciante assim o desejar. A Companhia não admite qualquer medida de retaliação contra qualquer indivíduo que reporte, de boa-fé, uma preocupação, suspeita ou a ocorrência de uma violação ao seu Canal de Denúncias. Ressaltando que qualquer ato de retaliação ou perseguição em decorrência de uma denúncia é uma violação aos princípios éticos e padrões de conduta da Companhia, conforme previsto no Código de Ética, e estará sujeito à aplicação de sanções, na forma da legislação aplicável.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As comunicações feitas ao Canal de Denúncias serão encaminhadas ao time do Orelhão da Stone Pagamento, que será responsável por apurar, de forma detalhada, as violações supostamente praticadas. O time do Orelhão reportará o recebimento e o resultado da apuração e deliberação das comunicações feitas por meio do Canal de Denúncias da Companhia ao Fórum de Ética, que será responsável pela aprovação dos relatórios de apuração e das medidas disciplinares aplicáveis. Denúncias envolvendo a Alta Administração da Stone Pagamento serão encaminhadas ao time da Auditoria Interna, que será responsável pela apuração, e reportará os resultados para o Comitê de Auditoria, que será responsável pela aprovação dos relatórios de apuração e das medidas disciplinares aplicáveis.

- c) **Se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

A Companhia busca mover seus melhores esforços para adotar práticas adequadas à identificação de vulnerabilidades e riscos oriundos das operações societárias que participa, contudo não possui procedimentos e processos específicos para estes casos.

- d) **Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia adota regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos**

Não há outras informações relevantes não divulgadas nos itens 5.1 a 5.5 deste Formulário de Referência.

**6. Histórico do emissor / 6.1 / 2 / 4 - Constituição / Prazo / Registro CVM**

<b>Data de Constituição do Emissor</b>	21/09/2010
<b>Forma de Constituição do Emissor</b>	Sociedade por Ações
<b>País de Constituição</b>	Brasil
<b>Prazo de Duração</b>	Prazo de Duração Indeterminado
<b>Data de Registro CVM</b>	11/02/2022

## 6. Histórico do emissor / 6.3 - Breve histórico

A MNLT S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima integrante do Grupo StoneCo.

A Companhia foi constituída, em 2010, sob a denominação social “W.G.T.S.P.E Empreendimentos e Participações S.A”. Em 2011, seus então acionistas decidiram alterar sua razão social para “Elavon do Brasil Soluções de Pagamento S.A.” e, posteriormente, em 2018 alteraram para “MNLT Soluções de Pagamento S.A.” (anterior denominação social da Companhia). Possuía como sócios fundadores o Sr. Cleber Faria Fernandes e a Sra. Sueli de Fátima Ferretti.

Em 2016, o controle acionário da Companhia, que até então pertencia à UBS Americas Holdings Company, passou a ser do Grupo StoneCo, através da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A.)

Ainda, em 2013, com a promulgação da Lei 12.865, datada de 9 de outubro de 2013, que passou a regular os arranjos de pagamento e as instituições integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiros, em conjunto com os normativos do Banco Central do Brasil, as atividades exercidas pela Companhia passaram a ser sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil.

A Companhia possui as seguintes atividades: (1) a prestação de serviços: (a) de credenciamento a aceitação de instrumento de pagamento; (b) de administração de pagamentos e recebimentos no âmbito da rede de estabelecimento credenciados, captura, transmissão e processamento de dados e liquidação de transações decorrentes do uso de instrumento de pagamento; (c) de desenvolvimento de estrutura tecnológica segura para a captura, transmissão e processamento de dados e liquidação de transações; (d) de instalação e manutenção e soluções e meios eletrônicos para automação comercial, incluindo alienação, arrendamento ou aluguel de terminais eletrônicos ou sistemas relacionados à prestação dos serviços acima mencionados; (e) de representação de franquias nacionais e internacionais de meios de pagamento; (f) complementares ou que agreguem valor àqueles listados acima, a fim de proporcionar a realização do objeto social da Companhia; (2) o desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Companhia; e (3) a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

No final de 2018, a Companhia, em razão de uma decisão estratégica de seus acionistas, deixou de prestar os serviços de credenciamento, uma vez que não apresentava valores de transações financeiras sujeitas à regulação do Banco Central do Brasil. Dessa forma, a Companhia deixou de ser uma companhia regulada pelo referido órgão.

Desde então, a Companhia possui como atividade principal a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

## **6. Histórico do emissor / 6.5 - Pedido de falência ou de recuperação**

Até a data deste Formulário de Referência, não houve nenhum pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

## **6. Histórico do emissor / 6.6 - Outras inf. relev. - Histórico**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 6.1 a 6.5 deste Formulário de Referência.

## 7. Atividades do emissor / 7.1 - Descrição - atividades emissor/controladas

### Objeto Social

A Companhia tem como objeto social (1) a prestação de serviços: (a) de credenciamento a aceitação de instrumento de pagamento; (b) de administração de pagamentos e recebimentos no âmbito da rede de estabelecimento credenciados, captura, transmissão e processamento de dados e liquidação de transações decorrentes do uso de instrumento de pagamento; (c) de desenvolvimento de estrutura tecnológica segura para a captura, transmissão e processamento de dados e liquidação de transações; (d) de instalação e manutenção e soluções e meios eletrônicos para automação comercial, incluindo alienação, arrendamento ou aluguel de terminais eletrônicos ou sistemas relacionados à prestação dos serviços acima mencionados; (e) de representação de franquias nacionais e internacionais de meios de pagamento; (f) complementares ou que agreguem valor àqueles listados acima, a fim de proporcionar a realização do objeto social da Companhia; (2) o desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Companhia; e (3) a participação societária em outras pessoas jurídicas de qualquer espécie, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.

Desde dezembro de 2018, a Companhia possui como principal atividade a participação, na qualidade de quotista no TAPSO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Tapso”), fundo responsável por antecipar direitos creditórios oriundos de transações de pagamentos nos termos da Lei nº 12.865/13, sendo a valorização de tais quotas sua principal fonte de receita.

### Mercado de Atuação

Anteriormente, até outubro de 2018, a Companhia possuía como principal atividade a prestação de serviços de adquirência, os quais compreendiam os serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das associações (bandeiras) Visa, Mastercard e Diners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos. As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos.

Em 4 de dezembro de 2018, a Companhia cessou sua operação de adquirência, mantendo a licença de operação junto ao Banco Central (“Bacen”). Após essa data, a Companhia conduz suas atividades conforme descrito na subseção acima “Objeto Social”.

### Atividades Desenvolvidas diretamente ou por meio de controladas

A Companhia possui participação apenas no FIDC Tapso. Esse por sua vez é responsável por antecipar os direitos creditórios oriundos de transações de pagamentos nos termos da Lei nº 12.865/13. O FIDC Tapso é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de direitos creditórios detidos por determinados estabelecimentos credenciados ao Grupo Stone, bem como aqueles detidos pela Stone Sociedade de Crédito Direto S.A., originários de sub-rogação convencional dos direitos de determinados estabelecimentos credenciados ao Grupo Stone.

## **7. Atividades do emissor / 7.1.a - Infs. de sociedade de economia mista**

**(a) interesse público que justificou sua criação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(b) atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

**(c) processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

## **7. Atividades do emissor / 7.2 - Inf. sobre segmentos operacionais**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **7. Atividades do emissor / 7.3 - Produção/comercialização/mercados**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **7. Atividades do emissor / 7.4 - Principais clientes**

### *Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **7. Atividades do emissor / 7.5 - Efeitos da regulação estatal**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **7. Atividades do emissor / 7.6 - Receitas relevantes no exterior**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **7. Atividades do emissor / 7.7 - Efeitos da regulação estrangeira**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **7. Atividades do emissor / 7.8 - Políticas socioambientais**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **7. Atividades do emissor / 7.9 - Outras inf. relev. - Atividades**

Não há outras informações relevantes que não tenham sido descritas nos itens 7.1 a 7.8 deste Formulário de Referência.

## **8. Negócios extraordinários / 8.1 - Aquisição/alienação ativo relevante**

Não houve, nos últimos três exercícios sociais, aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

## **8. Negócios extraordinários / 8.2 - Alterações na condução de negócios**

A Companhia tinha, até 31 de outubro de 2018, como principal atividade a prestação de serviços de “adquirência”, os quais compreendiam os serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das associações (bandeiras) Visa, Mastercard e Diners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos. As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos.

Em 4 de dezembro de 2018, após a suspensão de suas atividades como prestador de serviços de adquirência, a Companhia passou a ter como principal atividade a participação, na qualidade de cotista, no FIDC TAPSO, fundo responsável por antecipar recebíveis de lojistas da StoneCo, a qual na data deste Formulário de Referência é acionista indireta da Companhia, sendo a valorização de tais cotas sua principal fonte de receita.

**8. Negócios extraordinários / 8.3 - Contratos relevantes**

Não foram celebrados, nos últimos três exercícios sociais, contratos relevantes pela Companhia ou por suas controladas que não sejam diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

## **8. Negócios extraordinários / 8.4 - Outras inf. Relev. - Negócios extraord.**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 8.1 a 8.3 deste Formulário de Referência.

## **9. Ativos relevantes / 9.1 - Outros bens relev. ativo não circulante**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **9. Ativos relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **9. Ativos relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **9. Ativos relevantes / 9.1.c - Participação em sociedades**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **9. Ativos relevantes / 9.2 - Outras inf. relev. - Ativos Relev.**

Não há informações que a Companhia julgue relevantes.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As informações financeiras incluídas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência, exceto quando expressamente ressalvadas, referem-se às demonstrações financeiras da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e às demonstrações financeiras intermediárias referentes aos períodos de sete meses encerrados em 31 de julho de 2021 e 2020, todas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (“*International Financial Reporting Standards*” ou “*IFRS*”), aplicáveis à empresas no Brasil registradas na Comissão de Valores Mobiliários (“*CVM*”).

Certas tabelas do item 10 deste Formulário de Referência contêm os termos “*AH*” e “*AV*”, que significam “*Análise Horizontal*” e “*Análise Vertical*”, respectivamente. A *Análise Horizontal* compara índices ou itens da mesma rubrica entre um período e outro. A *Análise Vertical* representa: (i) o percentual ou item de uma linha em relação à receita de serviços, líquida para os períodos aplicáveis para os resultados das operações, ou (ii) em relação do ativo total ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para o balanço patrimonial.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores da Companhia sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras e/ou demonstrações financeiras intermediárias da Companhia.

Todas as informações apresentadas neste item 10.1 foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma, gerando com isso arredondamentos na última unidade e podendo, portanto, divergir imaterialmente nos cálculos.

As demonstrações financeiras da Companhia estarão disponíveis no site da *CVM* ([www.gov.br/cvm/pt-br](http://www.gov.br/cvm/pt-br)).

### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

#### *Visão geral*

Os diretores entendem que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto e longo prazo, baseada nos aspectos indicados abaixo. Apesar disso, a Companhia não pode garantir que tal situação permanecerá inalterada, especialmente considerando a incerteza oriunda dos impactos da pandemia do COVID-19 na economia brasileira.

***Endividamento líquido.*** O endividamento líquido da Companhia é calculado por meio da soma dos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e das aplicações financeiras. A tabela a seguir apresenta o endividamento líquido da Companhia em 31 de julho de 2021 e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018:

	Em 31 de julho de	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019	2018
(R\$ milhões)				
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	1,4
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(4,6)	(46,4)	(4,9)	(7,1)
(-) Aplicações financeiras	(1.467,1)	(2.028,1)	(2.273,3)	(1.889,5)
<b>Endividamento (Caixa) Líquido</b>	<b>(1.471,7)</b>	<b>(2.074,5)</b>	<b>(2.278,2)</b>	<b>(1.895,2)</b>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A variação apresentada acima entre os exercícios e períodos analisados, deve-se, principalmente, aos investimentos no Tapso Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDC Tapso”). A redução do caixa líquido em 31 de julho de 2021 comparado à 31 de dezembro de 2020, reflete a venda de cotas do FIDC Tapso pela Companhia.

**Disponibilidade de caixa.** Em 31 de julho de 2021, a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa de R\$4,6 milhões, em comparação a R\$46,4 milhões, R\$4,9 milhões e R\$7,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente. O comportamento da posição de caixa da Companhia foi influenciado, principalmente, por pagamento de tributos federais no período.

### b. Estrutura de capital

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido apresenta níveis adequados de alavancagem, uma vez que, historicamente, a Companhia se utiliza majoritariamente de capital próprio para financiar suas operações diante da sua condição de geradora de caixa.

Em 31 de julho de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$1.471,5 milhões, comparado a R\$2.092,6 milhões em 31 de dezembro de 2020, R\$2.278,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 e R\$2.019,9 milhões em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de julho de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta por 96,5% de capital próprio (patrimônio líquido) e 3,5% de capital de terceiros (passivo total), enquanto em 31 de dezembro de 2020 era composta por 98,0% de capital próprio e 2,0% de capital de terceiros, em 31 de dezembro de 2019 era composta por 95,8% de capital próprio e 4,2% de capital de terceiros e em 31 de dezembro de 2018 era composta por 97,8% de capital próprio e 2,2% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Indicadores de investimento	Em 31 de julho		Em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2019		2018	
	(R\$ milhões)	AV %	(R\$ milhões)	AV %	(R\$ milhões)	AV %	(R\$ milhões)	AV %
Patrimônio Líquido	1.471,5	96,5%	2.092,6	98,0%	2.278,2	95,8%	2.019,9	97,8%
Passivo Total (passivo circulante + passivo não circulante)	53,1	3,5%	42,9	2,0%	98,9	4,2%	45,9	2,2%
<b>Total</b>	<b>1.524,6</b>	<b>100%</b>	<b>2.135,5</b>	<b>100%</b>	<b>2.377,1</b>	<b>100%</b>	<b>2.065,8</b>	<b>100%</b>

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando as disponibilidades, o nível de geração de caixa e a capacidade da Companhia de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos no mercado financeiro e no mercado de capitais em relação às suas necessidades de caixa, os diretores acreditam que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e de longo prazo. Esta situação pode ser verificada por meio da taxa de liquidez (ativo total dividido pela soma do passivo circulante e passivo não circulante) e do índice de alavancagem (passivo total dividido pelo patrimônio líquido).

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

	<b>Em 31 de julho de</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>		
<i>(R\$ milhões)</i>	<b>2021</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Taxa de liquidez	28,7	49,8	24,4	45,0
Índice de alavancagem	0,04	0,02	0,04	0,02

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

No período de sete meses findo em 31 de julho de 2021 e nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não apresentou qualquer deficiência de liquidez e tem utilizado recursos de geração de caixa próprio para financiar suas necessidades de capital de giro.

No período de sete meses findo em 31 de julho de 2021, a Companhia vendeu R\$700,0 milhões em cotas do FIDC Tapso e reduziu seu capital no mesmo montante. Com isso, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia reduziu em R\$41,8 milhões em 31 de julho de 2021, quando comparado ao caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2020, em linha com o resultado de suas atividades operacionais. Nos últimos dois exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as principais fontes de geração de caixa líquido da Companhia foram suas atividades de investimento, principalmente no FIDC Tapso, nos montantes de R\$568,4 milhões e R\$135,4 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2018, a principal fonte de geração de caixa foi o aumento de capital no montante de R\$1.778,8 milhões.

Para mais informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 10.1.f.(i) abaixo.

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

As principais fontes de recurso para as necessidades de capital que a Companhia pretende utilizar no curso regular de seus negócios são sua geração de caixa e sua posição de caixa e equivalentes de caixa atual, as quais os diretores da Companhia acreditam ser suficientes para financiar seu capital de giro e cumprir as obrigações de curto e longo prazos.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas**

Em 31 de julho de 2021, 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia não possuía saldo de empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$1,4 milhões em empréstimos e financiamentos. Em 31 de julho de 2021, o caixa líquido (representado pelo total de empréstimos e financiamentos deduzido do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) totalizou R\$1.471,8 milhões (contra R\$2.074,5 milhões, R\$2.278,2 milhões e R\$1.895,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente).

As principais características da dívida líquida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras, estão indicadas na tabela abaixo:

<b>Tipo</b>	<b>Encargos</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Em 31 de julho de</b>	<b>Em 31 de dezembro de</b>
			<b>(em R\$ mil)</b>	

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

			<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
FINAME	Taxa UMBNDES + 4,00% a.a.	-	-	-	-	619
Leasing	CDI + 2,10% a.a.	-	-	-	-	783
<b>Dívida Bruta<sup>(1)</sup></b>			-	-	-	<b>1.402</b>
<b>Dívida Líquida (Caixa Líquido)<sup>(2)</sup></b>			<b>(1.471.751)</b>	<b>(2.074.492)</b>	<b>(2.278.184)</b>	<b>(1.895.247)</b>

<sup>(1)</sup> A Dívida Bruta é uma medida não contábil e consiste nos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante). A Dívida Bruta não é uma medida de liquidez ou endividamento reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRSs e não possui significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida bruta de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

<sup>(2)</sup> A Dívida Líquida (Caixa Líquido) da Companhia é uma medida não contábil e consiste nos empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), deduzido do caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. A Dívida Líquida (Caixa Líquido) não são medidas de liquidez ou endividamento reconhecidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRSs e não possuem significado padrão. Outras companhias podem calcular a sua dívida líquida (caixa líquido) de forma distinta não havendo, desta forma, comparação entre as divulgações.

**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Em 31 de julho de 2021, em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamento.

**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

No período de sete meses findo em 31 de julho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas no item “i” acima.

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

As dívidas com o FINAME e os contratos de arrendamento mercantil (*leasing*), vigentes no exercício social de 2018, contaram com garantia real dos bens financiados, portanto, sem grau de subordinação entre elas. Tais dívidas estão encerradas em 2019 e a Companhia não tem saldo nos exercícios sociais de 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020 e para o período de sete meses findo em 31 de julho de 2021.

**iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Não há, nos contratos de financiamento da Companhia, cláusulas que a sujeitem a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio, manutenção de

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

índices financeiros mínimos ou máximos.

**g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

A Companhia não possui, em 31 de julho de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 e 2019, quaisquer empréstimos e financiamentos com limites de utilização disponíveis para utilização.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía R\$1,4 milhões em empréstimos e financiamentos já contratados, tendo sido integralmente utilizado.

**h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras****DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO*****DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA OS PERÍODOS DE SETE MESES ENCERRADOS EM 31 DE JULHO DE 2021 E 2020***

(Em milhares de R\$, exceto %)	Período de sete meses findo em 31 de julho de		Variações	
	2021	2020	AV	AH
Despesas gerais e administrativas	(8.090)	(7.310)	(6,1)%	<b>10,7%</b>
Outras receitas (despesas) operacionais	(7.879)	(7.037)	(5,9)%	12,0%
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(15.969)</b>	<b>(14.347)</b>	<b>(12,0)%</b>	<b>11,3%</b>
Receitas financeiras	132.988	202.708	100,0%	(34,4) %
Despesas financeiras	(863)	(295)	(0,6)%	192,5%
Resultado financeiro, líquido	132.125	202.413	99,4%	(34,7) %
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>116.156</b>	<b>188.066</b>	<b>87,3%</b>	<b>(38,2)</b> <b>%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(28.047)	(49.633)	(21,1)%	(43,5) %
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(10.378)	(12.678)	(7,8)%	(18,1) %
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>77.731</b>	<b>125.755</b>	<b>58,4%</b>	<b>(38,2)</b> <b>%</b>

**Despesas gerais e administrativas**

As “despesas gerais e administrativas” aumentaram 10,7%, passando de R\$7,3 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2020, para R\$8,1 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021. Este aumento é explicado substancialmente pelo aumento de despesas compartilhadas com folha de pagamento e benefícios.

**Outras receitas (despesas) operacionais**

“Outras receitas (despesas) operacionais” aumentaram 12,0%, passando de R\$7,0 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2020, para R\$7,9 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021. Este aumento é explicado substancialmente pelo aumento da provisão de contingências e multas sobre infrações fiscais.

**Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “prejuízo antes do resultado financeiro e tributos” da Companhia aumentou 11,3% no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021, comparado ao mesmo período do ano anterior.

### Resultado financeiro, líquido

O “resultado financeiro, líquido” da Companhia reduziu 34,7%, passando de uma receita financeira líquida de R\$202,4 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2020, para R\$132,1 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021. Esta redução deve-se principalmente pelos seguintes fatores:

- **Receitas financeiras:** as receitas financeiras sofreram redução de 34,4%, passando de R\$202,7 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2020, para R\$133,0 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021. A redução das receitas financeiras foi principalmente resultado da redução gradual do CDI ao longo do período e venda de parte das cotas do FIDC Tapso.
- **Despesas financeiras:** as despesas financeiras aumentaram em 191,6%, passando de R\$0,3 milhão no período de sete meses findo em 31 de julho de 2020, para R\$0,9 milhão no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021. Esse aumento reflete, principalmente, o aumento de impostos sobre operações financeiras e juros moratórios.

### Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “lucro antes do imposto de renda e contribuição social diminuiu” 38,2%, passando de R\$188,1 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2020, para R\$116,2 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de “imposto de renda e a contribuição social” da Companhia reduziu 38,3%, passando de R\$62,3 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2020, ou uma alíquota efetiva de 33% no período, para R\$38,4 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021, ou uma alíquota efetiva de 33% no período.

### Lucro líquido do período

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “lucro líquido” reduziu 38,2%, passando de R\$125,7 milhões no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2020, para R\$77,7 milhões no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021.

### ***DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019***

(Em milhares de R\$, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de				
	2020	AV	2019	AV	AH
Receita de serviços, líquida	-	0,0%	1.528	0,3%	(100,0) %

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Custo dos serviços prestados	-	0,0%	(1.048)	(0,2)%	(100,0)%
<b>Lucro bruto</b>	-	<b>0,0%</b>	<b>480</b>	<b>0,1%</b>	<b>(100,0)%</b>
Despesas gerais e administrativas	(13.801)	(4,4)%	(6.523)	(1,3)%	111,6%
Despesas com vendas	-	0,0%	(378)	(0,1)%	(100,0)%
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.338)	(3,0)%	1.210	0,2%	(871,7)%
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(23.139)</b>	<b>(7,4)%</b>	<b>(5.211)</b>	<b>(1,0)%</b>	<b>344,0%</b>
Receitas financeiras	311.756	<b>100,0%</b>	498.284	<b>100,0%</b>	(37,4)%
Despesas financeiras	(333)	(0,1)%	(1.055)	(0,2)%	(68,4)%
Resultado financeiro, líquido	311.423	99,9%	497.229	99,8%	(37,4)%
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>288.284</b>	<b>92,5%</b>	<b>492.018</b>	<b>98,7%</b>	<b>(41,4)%</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(75.134)	(24,1)%	(110.623)	(22,2)%	(32,1)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(21.337)	(6,8)%	(54.020)	(10,8)%	(60,5)%
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>191.813</b>	<b>61,5%</b>	<b>327.375</b>	<b>65,7%</b>	<b>(41,4)%</b>

**Receita de serviços, líquida**

A “Receita de serviços, líquida”, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, apresentou saldo nulo uma vez que a Companhia encerrou suas atividades operacionais de aquisição em outubro de 2018.

**Custo dos serviços prestados**

O “Custo dos serviços prestados”, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, apresentou saldo nulo uma vez que a Companhia encerrou suas atividades operacionais de aquisição em outubro de 2018.

**Lucro bruto**

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “Lucro bruto”, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, apresentou saldo nulo.

**Despesas gerais e administrativas**

As “despesas gerais e administrativas” aumentaram 111,6%, passando de R\$6,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$13,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é explicado substancialmente pelo aumento de despesas com folha de pagamento e benefícios de colaboradores que foram transferidos para a Companhia em função de alterações administrativas estratégias do Grupo StoneCo.

**Despesas com vendas**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, as “Despesas com vendas” apresentaram saldo nulo uma vez que a Companhia encerrou suas atividades operacionais de aquisição em outubro de 2018.

### **Outras receitas (despesas) operacionais**

“Outras receitas (despesas) operacionais” passaram de outras receitas líquidas de R\$1,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para outras despesas líquidas de R\$9,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação é explicada substancialmente pelo aumento da provisão de contingências e contratos de serviços operacionais que foram mantidos até seu vencimento.

### **Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos**

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “prejuízo antes do resultado financeiro e tributos” da Companhia variou 344%.

### **Resultado financeiro, líquido**

O “resultado financeiro, líquido” da Companhia reduziu 37,4%, passando de uma receita financeira líquida de R\$497,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para uma receita financeira líquida de R\$311,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta redução deve-se, principalmente, em decorrência dos seguintes fatores:

- **Receitas financeiras:** as receitas financeiras sofreram redução de 37,4%, passando de R\$498,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$311,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. A redução das receitas financeiras foi principalmente resultado da redução gradual do CDI ao longo do período.
- **Despesas financeiras:** as despesas financeiras sofreram redução de 68,4%, passando de R\$1,1 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$0,3 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Essa redução reflete principalmente a ausência de perdas com variações monetárias e cambiais em 2020 e a redução significativa de outras despesas financeiras.

### **Lucro antes do imposto de renda e contribuição social**

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “lucro antes do imposto de renda e contribuição social” reduziu 41,4%, passando de R\$492,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$288,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social**

A despesa de “imposto de renda e a contribuição social” da Companhia reduziu 41,4%, passando de R\$164,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, ou uma alíquota efetiva de 33%, para R\$96,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, ou uma alíquota efetiva de 33%. Esta redução deve-se principalmente pela redução no lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

### **Lucro líquido do exercício**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “lucro líquido” reduziu 41,4%, passando de R\$327,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, para R\$191,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**DISCUSSÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E O EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

(Em milhares de R\$, exceto se %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de			AV	AH
	2019	AV	2018		
<b>Receita de serviços, líquida</b>	1.528	0,3%	12.175	10,0%	(87,4) %
Custo dos serviços prestados	(1.048)	(0,2)%	(9.766)	(8,0)%	(89,3) %
<b>Lucro bruto</b>	<b>480</b>	<b>0,1%</b>	<b>2.409</b>	<b>2,0%</b>	<b>(80,1)</b> %
Despesas gerais e administrativas	(6.523)	(1,3)%	(22.025)	(18,2) %	(70,4) %
Despesas com vendas	(378)	(0,1)%	(817)	(0,7)%	(53,7) %
Outras receitas (despesas) operacionais	1.210	0,2%	(6.717)	(5,5)%	(118,0) %
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos</b>	<b>(5.211)</b>	<b>(1,0)%</b>	<b>(27.150)</b>	<b>(22,4)</b>	<b>(80,8)</b> %
Receitas financeiras	498.284	100,0 %	121.33 8	100,0%	310,7 %
Despesas financeiras	(1.055)	(0,2)%	(15.900)	(13,1) %	(93,4) %
Resultado financeiro, líquido	497.229	99,8%	105.43 8	86,9%	371,6 %
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>492.018</b>	<b>98,7%</b>	<b>78.288</b>	<b>64,5%</b>	<b>528,5</b> %
Imposto de renda e contribuição social correntes	(110.623)	(22,2) %	(2.752)	(2,3)%	3919,7 %
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(54.020)	(10,8) %	(20.471)	(16,9) %	163,9 %
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>327.375</b>	<b>65,7%</b>	<b>55.065</b>	<b>45,4%</b>	<b>494,5</b> %

**Receita de serviços, líquida**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, a “Receita de serviços, líquida” reduziu 87,4%, passando de R\$12,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$1,5 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta redução é explicada substancialmente pelo fato de que a Companhia encerrou suas atividades operacionais de adquirência em outubro de 2018. A receita de serviços, líquida do exercício de 2019 contempla contratos que ainda estavam vigentes após a suspensão das operações de adquirência e que foram mantidos até seus respectivos vencimentos.

**Custo dos serviços prestados**

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, o “custo de serviços prestados” reduziu 89,3%, passando de R\$9,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$1,0 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta redução é explicada

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

substancialmente pelo fato de que a Companhia encerrou suas atividades operacionais de adquirência em outubro de 2018. O custo dos serviços prestados do exercício de 2019 contempla contratos que ainda estavam vigentes após a suspensão das operações de adquirência e que foram mantidos até seus respectivos vencimentos.

### Lucro bruto

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “lucro bruto” reduziu 80,1%, passando de R\$2,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$0,5 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

### Despesas gerais e administrativas

As “despesas gerais e administrativas” sofreram redução de 70,4%, passando de R\$22,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$6,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta redução é explicada substancialmente por um *impairment* de *software* no valor de R\$4,7 milhões registrado no exercício de 2018, redução de despesas compartilhadas de jurídico, *facilities*, financeiro e RH em R\$7,2 milhões e baixa de *software* no intangível não ocorrendo amortização no período.

### Despesas com vendas

As “despesas com vendas” sofreram redução de 53,7%, passando de R\$0,8 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$0,4 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta redução é explicada substancialmente pelo fato de que a Companhia encerrou suas atividades operacionais em outubro de 2018. As despesas com vendas do exercício de 2019 contemplam contratos que ainda estavam vigentes após a suspensão das operações de adquirência e que foram mantidos até seus respectivos vencimentos.

### Outras receitas (despesas) operacionais

“Outras receitas (despesas) operacionais” passaram de outras despesas operacionais líquidas de R\$6,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para outras receitas operacionais líquidas de R\$1,2 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Esta variação é explicada substancialmente pela redução na despesa com provisões de perda de crédito esperadas e contingências e despesas com alienação de ativos.

### Prejuízo antes do resultado financeiro e tributos

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “prejuízo antes do resultado financeiro e tributos” da Companhia variou 80,8%.

### Resultado financeiro, líquido

O “resultado financeiro líquido” da Companhia aumentou 371,6%, passando de uma receita financeira líquida de R\$105,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$497,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- **Receitas financeiras:** as receitas financeiras aumentaram 310,7%, passando de R\$121,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$498,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. O aumento das receitas financeiras é explicado substancialmente pela receita auferida na operação de antecipação de recebíveis a clientes da StoneCo, por meio do investimento em cotas do FIDC Tapso,

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

responsável por tal operação.

- **Despesas financeiras:** as despesas financeiras sofreram redução de 93,4%, passando de R\$15,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$1,1 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Essa redução reflete, principalmente, a redução de perdas com variações monetárias e cambiais em 2019 e a ausência de despesas com juros sobre antecipação/cessão de recebíveis (gerada na cessão de recebíveis de vendas parceladas com bancos cessionários), dado o fim da operação de aquisição.

### Lucro antes do imposto de renda e contribuição social

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “lucro antes do imposto de renda e contribuição social” aumentou 528,5%, passando de R\$78,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$492,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A despesa de “imposto de renda e a contribuição social” da Companhia aumentou 609,0%, passando de R\$23,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, ou uma alíquota efetiva de 30%, para R\$164,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, ou uma alíquota efetiva de 33%. Este aumento deve-se principalmente ao aumento no lucro antes do imposto de renda e contribuição social.

### Lucro líquido do exercício

Como resultado dos fatos explicados anteriormente, o “lucro líquido” aumentou 494,5%, passando de R\$55,1 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, para R\$327,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

### *COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE JULHO DE 2021 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020*

#### ATIVO

(Em milhares de R\$, exceto %)	31 de julho de 2021	AV	31 de dezembro de 2020	AV	AH
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4.637	0,3%	46.433	2,2%	(90,0)%
Aplicações financeiras	1.467.114	96,2%	2.028.059	95,0%	(27,7)%
Tributos a recuperar	2.563	0,2%	2.226	0,1%	15,1%
Outros créditos	1126	0,1%	596	0,0%	88,9%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>1.475.440</b>	<b>96,8%</b>	<b>2.077.314</b>	<b>97,3%</b>	<b>(29,0)%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Contas a receber de partes relacionadas	2.534	0,2%	1.016	0,0%	149,4%
Outros créditos	141	0,0%	128	0,0%	10,2%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Imposto de renda e contribuição social diferidos	46.354	3,0%	56.732	2,7%	(18,3)%
Imobilizado, líquido	177	0,0%	362	0,0%	(51,1)%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>49.206</b>	<b>3,2%</b>	<b>58.238</b>	<b>2,7%</b>	<b>(15,5)%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.524.646</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.135.552</b>	<b>100,0%</b>	<b>(28,6)%</b>

**PASSIVO**

(Em milhares de R\$, exceto %)	31 de julho de 2021	AV	31 de dezembro de 2020	AV	AH
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	109	0,0%	243	0,0%	(55,1)%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.244	0,3%	2.841	0,1%	49,4%
Dividendos a pagar	33.746	2,2%	33.746	1,6%	0,0%
Obrigações tributárias	4.631	0,3%	4.010	0,2%	15,5%
Outras contas a pagar	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>42.730</b>	<b>2,8%</b>	<b>40.840</b>	<b>1,9%</b>	<b>4,6%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.820	0,1%	891	0,0%	104,3%
Contas a pagar a partes relacionadas	8.024	0,5%	99	0,0%	8.005,1%
Provisão para contingências	545	0,0%	1.073	0,1%	(49,2)%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>10.389</b>	<b>0,7%</b>	<b>2.063</b>	<b>0,1%</b>	<b>403,6%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	1.324.653	86,9%	2.024.653	94,8%	(34,6)%
Reserva de capital	6.269	0,4%	5.122	0,2%	22,4%
Reserva de lucros	62.874	4,1%	62.874	2,9%	0,0%
Prejuízos acumulados	77.731	5,1%	-	0,0%	(100,0)%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.471.527</b>	<b>96,5%</b>	<b>2.092.649</b>	<b>98,0%</b>	<b>(29,7)%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.524.646</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.135.552</b>	<b>100,0%</b>	<b>(28,6)%</b>

**Ativo Circulante**

O “ativo circulante” sofreu redução de 29,0%, passando de R\$2.077,3 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$1.475,4 milhões em 31 de julho 2021, tal variação é explicada, principalmente, pelas seguintes movimentações:

- **Aplicações financeiras:** redução de 27,7%, passando de R\$2.028,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$1.467,1 milhões em 31 de julho de 2021, em decorrência da venda de cotas do FIDC Tapso.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Redução de 90,0%, passando de R\$46,4 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$4,6 milhões em 31 de julho de 2021, com essa diferença sendo utilizada para pagamentos de impostos de IRPJ e CSLL e contingências tributárias.

### Ativo Não Circulante

O “ativo não circulante” sofreu redução de 15,5%, passando de R\$58,2 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$49,2 milhões em 31 de julho de 2021, tal variação é explicada, principalmente, pela seguinte movimentação:

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** redução de 18,3%, passando de R\$56,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$46,4 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021, resultado de compensações de prejuízos fiscais oriundos de base negativa de contribuição social.

### Passivo Circulante

O “passivo circulante” aumentou 4,6%, passando de R\$40,8 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$42,7 milhões em 31 de julho de 2021, tal variação é explicada, principalmente, pelas seguintes movimentações:

- **Obrigações trabalhistas e previdenciárias:** aumento de 49,4%, passando de R\$2,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$4,2 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021, resultado do aumento das provisões de férias, 13º salário e de bônus relacionados a transferência da folha de pagamento de outras empresas do grupo para a MNLT.
- **Obrigações tributárias:** aumento de 15,5%, passando de R\$4,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$4,6 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021, em decorrência da compensação de impostos federais de IRPJ e CSLL sobre obrigações com IRPJ e CSLL a pagar.

### Passivo Não Circulante

O “passivo não circulante” aumentou 403,6%, passando de R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$10,4 milhões em 31 de julho de 2021, tal variação é explicada, principalmente, pela seguinte movimentação:

- **Contas a pagar a partes relacionadas:** aumento de 8.005,1%, passando de R\$0,1 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$8,0 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021, refletindo as despesas compartilhadas com a empresa Buy4 Processamento de Pagamentos S.A., empresa do grupo econômico da Companhia.

### Patrimônio Líquido

O “patrimônio líquido” sofreu redução de 29,7%, passando de R\$2.092,7 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$1.471,5 milhões em 31 de julho de 2021, tal variação é explicada, principalmente, pela seguinte movimentação:

**Capital Social:** redução de 34,6%, passando de R\$2.024,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, para R\$1,324,7 milhões no período de sete meses findo em 31 de julho de 2021, em decorrência da redução de capital social de R\$ 700 milhões relacionada à venda das

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

cotas do FIDC Tapso.

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de julho de 2021.

**COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019****ATIVO**

(Em milhares de R\$, exceto %)	31 de dezembro de 2020	A V	31 de dezembro de 2019	AV	AH
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	46.433	2,2 %	4.862	0,2 %	855%
Aplicações financeiras	2.028.059	95,0 %	2.273.322	95,7 %	(10,8)%
Tributos a recuperar	2.226	0,1 %	17.592	0,7 %	(87,3)%
Outros créditos	596	0,0 %	555	0,0 %	7,4%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.077.314</b>	<b>97,3 %</b>	<b>2.296.331</b>	<b>96,6 %</b>	<b>(9,5)%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Contas a receber de partes relacionadas	1.016	0,0 %	1.238	0,1 %	(17,9)%
Outros créditos	128	0,0 %	122	0,0 %	4,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	56.732	2,7 %	78.069	3,3 %	(27,3)%
Imobilizado, líquido	362	0,0 %	1.137	0,0 %	(68,2)%
Intangível, líquido	-	0,0 %	123	0,0 %	(100,0)%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>58.238</b>	<b>2,7 %</b>	<b>80.689</b>	<b>3,4 %</b>	<b>(27,8)%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.135.552</b>	<b>100,0 %</b>	<b>2.377.020</b>	<b>100,0 %</b>	<b>(10,2)%</b>

**PASSIVO**

(Em milhares de R\$, exceto se %)	1 de dezembro 2020	AV	1 de dezembro de 2019	AV	AH
<b>Passivo circulante</b>					
Fornecedores	243	0,0%	58	0,0%	319,0%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	2.841	0,1%	1.864	0,1%	52,4%
Dividendos a pagar	33.746	1,6%	77.752	3,3%	(56,6)%
Obrigações tributárias	4.010	0,2%	18.233	0,8%	(78,0)%
Outras contas a pagar	-	0,0%	136	0,0%	100,0)%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Total do passivo circulante</b>	<b>40.840</b>	<b>1,9%</b>	<b>98.043</b>	<b>4,1%</b>	<b>(58,3)%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	891	0,0%	-	0,0%	-
Contas a pagar a partes relacionadas	99	0,0%	-	0,0%	-
Provisão para contingências	1.073	0,1%	817	0,0%	31,3%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.063</b>	<b>0,1%</b>	<b>817</b>	<b>0,0%</b>	<b>152,5%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	2.024.653	94,9%	2.024.653	85,1%	0,0%
Reserva de capital	5.122	0,2%	3.884	0,2%	31,9%
Reserva de lucros	62.874	2,9%	249.623	10,5%	(74,8)%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.092.649</b>	<b>98,0%</b>	<b>2.278.160</b>	<b>95,8%</b>	<b>(8,1)%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.135.552</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.377.020</b>	<b>100,0%</b>	<b>(10,2)%</b>

**Ativo Circulante**

O “ativo circulante” sofreu redução de 9,5%, passando de R\$2.296,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$2.077,3 milhões em 2020, tal variação é explicada, principalmente, pelas seguintes movimentações:

- **Aplicações financeiras:** redução de 10,8%, passando de R\$2.273,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$2.028,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da amortização de cotas do FIDC Tapso.
- **Tributos a recuperar:** redução de 87,3%, passando de R\$17,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$2,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da compensação de impostos federais de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores.

Parcialmente compensados por:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** aumento de 855,0%, passando de R\$4,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$46,4 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, refletindo a redução de pagamentos de impostos, repasses para bandeiras, estabelecimentos comerciais e empréstimos.

**Ativo Não Circulante**

O “ativo não circulante” sofreu redução de 27,8%, passando de R\$80,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$58,2 milhões em 2020, tal variação é explicada, principalmente, por:

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** redução de 27,3%, passando de R\$78,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$56,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, resultado de compensações de prejuízos fiscais oriundos de base negativa de contribuição social.

**Passivo Circulante**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O “passivo circulante” sofreu redução de 58,3%, passando de R\$98,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$40,8 milhões em 2020, tal variação é explicada, principalmente, pelas seguintes movimentações:

- **Dividendos a pagar:** redução de 56,6%, passando de R\$77,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$33,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em decorrência das distribuições de dividendos aprovadas em 2019 e liquidadas no exercício social de 2020.
- **Obrigações tributárias:** redução de 78,0%, passando de R\$18,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$4,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, em decorrência da compensação de impostos federais de IRPJ e CSLL sobre IRPJ e CSLL a pagar.

### Passivo Não Circulante

O “passivo não circulante” aumentou 152,5%, passando de R\$0,8 milhão em 31 de dezembro de 2019, para R\$2,1 milhões em 31 de dezembro de 2020, tal variação é explicada, principalmente, pela seguinte movimentação:

- **Obrigações trabalhistas e previdenciárias:** aumentando de R\$0,0 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 para R\$0,9 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, refletindo constituição de provisão sobre encargos sociais sobre o plano de pagamento baseado em ações.

### Patrimônio Líquido

O “patrimônio líquido” sofreu redução de 8,1%, passando de R\$2.278,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, para R\$2.092,6 milhões em 2020, tal variação é explicada, principalmente, por:

- **Reserva de lucros:** redução de 74,8%, passando de R\$249,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, para R\$62,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, resultado da distribuição de dividendos adicional no montante de R\$233 milhões.

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2020.

### COMPARAÇÃO ENTRE AS POSIÇÕES NO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

#### ATIVO

(Em milhares de R\$, exceto %)	1 de dezembro de 2019	AV	31 de dezembro de 2018	AV	AH
<b>Ativo circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4.862	0,2%	7.121	0,3 %	(31,7) %
Aplicações financeiras	2.273.322	95,6 %	1.889.528	91,5 %	20,3%
Contas a receber	-	0,0%	8.802	0,4 %	(100,0) %

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Tributos a recuperar	17.592	0,7%	20.929	1,0 %	(15,9) %
Outros créditos	555	0,0%	115	0,0 %	382,6 %
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.296.331</b>	<b>96,6 %</b>	<b>1.926.495</b>	<b>93,3 %</b>	<b>19,2%</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Contas a receber de partes relacionadas	1.238	0,1%	5.452	0,3 %	(77,3) %
Outros créditos	122	0,0%	599	0,0 %	(79,6) %
Imposto de renda e contribuição social diferidos	78.069	3,3%	132.111	6,4 %	(40,9) %
Imobilizado, líquido	1.137	0,0%	801	0,0 %	41,9%
Intangível, líquido	123	0,0%	352	0,0 %	(65,1) %
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>80.689</b>	<b>3,4%</b>	<b>139.315</b>	<b>6,7 %</b>	<b>(42,1) %</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>2.377.020</b>	<b>100,0 %</b>	<b>2.065.810</b>	<b>100, 0%</b>	<b>15,1%</b>

**PASSIVO**

(Em milhares de R\$, exceto se %)	31 de dezembro de 2019	AV	31 de dezembro de 2018	AV	AH
<b>Passivo circulante</b>					
Contas a pagar a estabelecimentos	-	0,0%	6.795	0,3%	(100,0)%
Valores a repassar às bandeiras	-	0,0%	281	0,0%	(100,0)%
Fornecedores	58	0,0%	433	0,0%	(86,6)%
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	1.402	0,1%	(100,0)%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.864	0,1%	-	0,0%	-
Dividendos a pagar	77.752	3,3%	-	0,0%	-
Obrigações tributárias	18.233	0,8%	5.867	0,3%	210,8%
Outras contas a pagar	136	0,0%	2.099	0,1%	(93,5)%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>98.043</b>	<b>4,2%</b>	<b>16.877</b>	<b>0,8%</b>	<b>480,9%</b>
<b>Passivo não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Contas a pagar a partes relacionadas	-	0,0%	28.276	1,4%	(100,0)%
Provisão para contingências	817	0,0%	715	0,0%	14,3%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>817</b>	<b>0,0%</b>	<b>28.991</b>	<b>1,4%</b>	<b>(97,2)%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	2.024.653	85,2%	2.251.987	109,0%	(10,1)%
Reserva de capital	3.884	0,2%	3.831	0,2%	1,4%
Reserva de lucros	249.623	10,5%	(42)	0,0%	-
Prejuízos acumulados	-	0,0%	(235.834)	(11,4)%	(100,0)%

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>2.278.160</b>	<b>95,8%</b>	<b>2.019.942</b>	<b>97,8%</b>	<b>12,8%</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>2.377.020</b>	<b>100,0%</b>	<b>2.065.810</b>	<b>100,0%</b>	<b>15,1%</b>

### Ativo Circulante

O “ativo circulante” aumentou 19,2%, passando de R\$1.926,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$2.296,3 milhões em 31 de dezembro de 2019, tal variação é explicada, principalmente, por:

- **Aplicações financeiras:** aumento de 20,3%, passando de R\$1.889,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$2.273,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência principalmente da valorização das cotas do FIDC Tapso.

### Ativo Não Circulante

O “ativo não circulante” sofreu redução de 42,1%, passando de R\$139,3 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$80,7 milhões em 31 de dezembro de 2019, tal variação é explicada, principalmente, pelas seguintes movimentações:

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** redução de 40,9%, passando de R\$132,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$78,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, resultado de compensações de prejuízos fiscais oriundos de base negativa da contribuição social.
- **Contas a receber de partes relacionadas:** redução de 77,3%, passando de R\$5,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$1,2 milhão no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, refletindo a redução das despesas compartilhadas entre as empresas do grupo.

### Passivo Circulante

O “passivo circulante” aumentou 480,9%, passando de R\$16,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$98,0 milhões em 31 de dezembro de 2019, tal variação é explicada, principalmente, pelas seguintes movimentações:

- **Dividendos a pagar:** com saldo de R\$77,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, aprovados no mesmo ano e liquidados em 2020.
- **Obrigações tributárias:** aumento de 210,8%, passando de R\$5,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$18,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência de constituição de provisão IRPJ e CSLL a pagar e compensação de impostos federais de períodos anteriores.

Parcialmente compensados por:

- **Contas a pagar a estabelecimentos:** redução de 100%, passando de R\$6,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$0 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da suspensão das atividades operacionais da Companhia em outubro de 2018.

### Passivo Não Circulante

O “passivo não circulante” sofreu redução de 97,2%, passando de R\$29,0 milhões em 31 de

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

dezembro de 2018, para R\$0,8 milhões em 31 de dezembro de 2019, tal variação é explicada, principalmente, por:

- **Contas a pagar a partes relacionadas:** redução de 100%, passando de R\$28,3 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$0 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da liquidação das contas com as empresas StoneCo Brasil Participações S.A. e Pagar.me Pagamentos S.A.

### Total do Patrimônio Líquido

O “patrimônio líquido” aumentou 12,8%, passando de R\$2.019,9 milhões em 31 de dezembro de 2018, para R\$2.278,2 milhões em 31 de dezembro de 2019, tal variação é explicada, principalmente, pelas seguintes movimentações:

- **Reserva de lucros:** passou de R\$0,04 milhão negativo no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$249,6 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, resultado principalmente de constituição de reserva de investimentos.
- **Prejuízos acumulados:** redução de 100%, passando de R\$235,8 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$0 no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da absorção de prejuízos acumulados.

Parcialmente compensados por:

- **Capital social:** redução de 10,1%, passando de R\$2.252,0 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, para R\$2.024,7 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da absorção de prejuízos acumulados.

As demais contas do ativo, passivo e patrimônio líquido não apresentaram saldos relevantes e/ou sofreram variações relevantes entre 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.

### DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

#### **COMPARAÇÃO ENTRE OS PERÍODOS DE SETE MESES ENCERRADOS EM 31 DE JULHO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de R\$, exceto se %)	Para o período de sete meses findo em 31 de julho de		
	2021	2020	AH
Caixa líquido das atividades operacionais	(41.796)	(65.426)	(36,1)%
Caixa líquido das atividades de investimento	700.000	568.363	23,2%
Caixa líquido das atividades de financiamento	(700.000)	-	(100,0)%
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	6	(100,0)%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(41.796)	502.943	(108,3%)

As atividades operacionais consumiram R\$41,8 milhões de caixa no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021, comparado a um consumo de R\$65,4 milhões no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2020. Essa geração positiva de R\$23,6 milhões deveu-se,

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

principalmente, à redução de impostos federais de IRPJ e CSLL pagos no período.

As atividades de investimento geraram R\$700,0 milhões de caixa no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021, comparado a R\$568,4 milhões no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2020. Essa variação positiva de R\$131,6 milhões deveu-se, principalmente, à maior venda de cotas do FIDC Tapso.

As atividades de financiamento consumiram R\$700,0 milhões de caixa no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021, comparado a R\$0 no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2020. Essa variação se deve à redução de capital social referente à venda de cotas do FIDC Tapso.

**COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de R\$, exceto se %)	Para o exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2020	2019	AH
Caixa líquido das atividades operacionais	(104.231)	(145.890)	(28,6)%
Caixa líquido das atividades de investimento	568.364	135.444	319,6%
Caixa líquido das atividades de financiamento	(422.568)	7.105	(6.046,6)%
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	6	1.082	(99,4)%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	41.571	(2.259)	(1.940,2)%

As atividades operacionais consumiram R\$104,2 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$145,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação positiva de R\$40,6 milhões deveu-se, principalmente, à redução de pagamentos de impostos federais de IRPJ e CSLL, repasses a bandeiras e contas a pagar a estabelecimentos.

As atividades de investimento geraram R\$568,4 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a R\$135,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R\$432,9 milhões deveu-se, principalmente, à venda de cotas do FIDC Tapso.

As atividades de financiamento consumiram R\$422,6 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, comparado a uma geração de R\$7,1 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Essa variação de R\$429,7 milhões deveu-se ao pagamento de dividendos efetuado em 2020.

**COMPARAÇÃO ENTRE OS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

(Em milhares de R\$, exceto se %)	Para o exercício social findo em 31 de dezembro de		
	2019	2018	AH
Caixa líquido das atividades operacionais	(145.890)	(186.259)	(22,0)%
Caixa líquido das atividades de investimento	135.444	(1.594.449)	(108,5)%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Caixa líquido das atividades de financiamento	7.105	1.763.165	(99,6)%
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	1.082	615	75,9%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(2.259)	(16.928)	(86,7)%

As atividades operacionais consumiram R\$145,9 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$186,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação positiva de R\$39,7 milhões deveu-se, principalmente, à redução substancial de contas a pagar a estabelecimentos e contas a receber.

As atividades de investimento geraram R\$135,4 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a um consumo de R\$1.594,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$1.729,9 milhões deveu-se, principalmente, ao aporte de R\$1.599,3 milhões em cotas do FIDC Tapso ocorrido em 2018.

As atividades de financiamento geraram R\$7,1 milhões de caixa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, comparado a R\$1.763,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Essa variação de R\$1.756,1 milhões deveu-se, principalmente, ao aumento de capital no valor de R\$1.778,8 milhões ocorrido em 2018.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

#### i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os diretores da Companhia reportam que, depois de dezembro de 2019 até o período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021, a receita da Companhia é composta pela valorização das cotas de emissão do Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios TAPSO (“FIDC TAPSO”), do qual a Companhia integral é proprietária de parte de suas quotas subordinadas júnior.

Os diretores da Companhia ressaltam que até dezembro de 2019, a receita da Companhia era composta pela prestação de serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das associações (bandeiras) Visa, Mastercard e Diners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos. Em suma, até 31 de outubro de 2018, a Companhia tinha como objeto principal a operação de “adquirência”. Por meio dessa prestação de serviços, a Companhia cobrava dos estabelecimentos uma taxa de desconto, que tinha por objetivo: (i) remunerar a bandeira e o emissor dos cartões de crédito e débito com o repasse de uma taxa pela sua prestação de serviços; e (ii) remunerar os serviços prestados pela Companhia. As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos.

#### ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A Companhia atua no investimento de veículo que realiza a antecipação de recebíveis para os varejistas clientes da StoneCo, que estão concentrados principalmente no segmento de pequenos e médios varejistas.

Dessa forma, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021, seu desempenho operacional dependeu das condições macroeconômicas e são afetadas principalmente por fatores como: (i) crescimento do produto interno bruto (PIB); (ii) distribuição de renda; (iii) taxa de desemprego; (iv) variação real do salário; (v) disponibilidade de crédito; (vi) taxa de inflação; (vii) taxa de juros; (viii) grau de confiança dos consumidores, entre outros.

O Certificado de Depósito Interbancário (CDI) é o principal fator que impacta a receita financeira da MNLT. O CDI acumulado para o período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 foi de 4,15% e de 1,90%, 4,40% e 6,40% para o acumulado no ano dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente.

### b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Nenhum segmento operacional foi introduzido ou alienado no âmbito das atividades da Companhia para o período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018.

### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não ocorreram constituições, aquisições ou alienações de participação societária no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

### c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudança significativa nas práticas contábeis da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e no período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021.

Em 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor as novas normas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) que resultaram nas alterações abaixo elencadas.

O CPC 47 - Receita de Contratos com Cliente, estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar as receitas de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, as receitas são reconhecidas em um valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. O CPC 47 / IFRS 15 substituiu o CPC 17 (R1) / IAS 11 - Contratos de Construção, o CPC 30 (R1) / IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações, e aplica-se a todas as receitas decorrentes de contratos com clientes, a menos que esses contratos estejam no escopo de outras normas.

Os diretores comentam que a Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15, na sua data de vigência, em 1º de janeiro de 2018, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, e não houve impacto em suas demonstrações financeiras, exceto pelas divulgações adicionais necessárias.

O IFRS-9 / CPC-48 - Instrumentos Financeiros estabelece, entre outros requisitos, um novo modelo de *impairment* de ativos financeiros por perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo anterior que considerava apenas as perdas incorridas com base em indícios de inadimplemento. A aplicação desta norma resultou na constituição adicional de provisão para créditos de liquidação, com base na perda histórica apurada em cada faixa do “aging-list” da carteira de contas a receber, incluindo as a vencer, combinada com a propensão de pagamento dos clientes provida pelas instituições de proteção ao crédito.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor as novas normas contábeis emitidas pelo IASB e CPC:

O IFRS 16 / CPC 06 estabelece um novo modelo de contabilização para arrendamento mercantil, onde na data do início do arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo de arrendamento para efetuar os pagamentos (aumentando a dívida bruta) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento. Consequentemente, serão reconhecidas no resultado as despesas de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do direito de uso do ativo ao invés das despesas de aluguel anteriormente reconhecidas no resultado operacional da Companhia.

Os diretores comentam que a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na sua data de vigência, em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem simplificada e retrospectiva, e concluiu que não houve impactos em suas demonstrações financeiras.

### b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os diretores comentam que o efeito da aplicação dos princípios de classificação e mensuração do CPC 48 / IFRS 9 ao saldo de abertura resultou em uma redução de R\$5.133 nas contas a receber de emissores de cartão em decorrência da reclassificação para valor justo em 1º de janeiro de 2018, com um ajuste correspondente de R\$3.388 no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$1.745.

### c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os diretores comentam que o relatório dos auditores independentes referente ao exercício social

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

encerrado em 31 de dezembro de 2020 não contém ressalvas, mas contém a seguinte ênfase:

***“Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras***

*Chamamos atenção a nota explicativa 3.20, às demonstrações financeiras, que foram alteradas e estão sendo reapresentadas para divulgação das demonstrações do valor adicionado e aprimoramento de certas divulgações em notas explicativas, conforme descrito na referida nota explicativa. Em 29 de abril de 2021, 16 de abril de 2020 e 14 de junho de 2019, emitimos relatórios de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Companhia dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, respectivamente, que ora estão sendo reapresentadas. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação, uma vez que as demonstrações financeiras e seus valores correspondentes aos exercícios anteriores foram ajustados de forma retrospectiva.”.*

Ainda, os diretores comentam que os relatórios dos auditores independentes referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, assim como ao período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 não contém ressalvas e/ou ênfases.

## **10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## 10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e nem ao último exercício social.

**ii. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas das quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e nem ao último exercício social.

**iii. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e nem ao último exercício social.

**iv. Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminados não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e nem ao último exercício social.

**v. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e nem ao último exercício social.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Em 11 de junho de 2021, em sede de assembleia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram, dentre outras matérias, a concessão de garantia fidejussória, pela Companhia, no âmbito da emissão no exterior de títulos de dívida (*Senior Notes*), pela sua controladora indireta StoneCo Ltd. ("StoneCo"), com remuneração de 3.950% (três inteiros e novecentos e cinquenta centésimos por cento) e vencimento em 2028, no valor de até U\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos) ("Notes"). As Notes foram colocadas no mercado internacional, e ofertadas a investidores nos termos da regulamentação emitida pela *Securities and Exchange Commission*. Os diretores da Companhia entendem que garantias outorgadas pela Companhia em favor da StoneCo. auxiliam na redução do custo de captação de recursos para o seu grupo econômico, além de substituir eventuais garantias bancárias que possuem alto custo de emissão e manutenção. Por se tratar de uma oferta, as obrigações contratuais assumidas pela StoneCo e garantidas pela Companhia, são compatíveis com as praticadas no mercado financeiro internacional. Ainda, por se tratar de uma captação no mercado de capitais internacional, foram realizadas avaliações prévias e criteriosas de seus termos e condições e análise de viabilidade financeira em comparação com operações semelhantes, observando-se os preços e condições usuais de mercado. Por fim, sendo uma outorga de garantia intragrupo, não há o pagamento compensatório direto à Companhia, mas eventual acesso ao recurso captado no exterior, com um

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

custo inferior ao que seria captado sem as garantias das empresas operacionais do grupo econômico.

Para mais informações sobre a outorga de garantia no âmbito das Notes e os riscos inerentes, , vide itens 16.4 e 4.1, respectivamente, deste Formulário de Referência.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

No período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e no último exercício social encerrado, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

**b. Natureza e o propósito da operação**

No período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e no último exercício social encerrado, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

No período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021 e no último exercício social encerrado, a Companhia não teve itens fora do balanço que tenham ou possam vir a ter um efeito relevante em sua condição financeira, receitas ou despesas, resultados operacionais, liquidez, investimentos ou recursos de capital.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### a. Investimentos, incluindo:

#### i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A MNL T tinha como objeto principal a operação de aquisição, através da marca Elavon, que compreendia a prestação de serviços de captura, processamento e liquidação das transações com cartões de crédito e débito das associações (bandeiras) Visa, Mastercard e Diners, bem como serviços correlatos, tais como o serviço de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços para aceitação de cartões de pagamento e o aluguel de equipamentos. As transações com cartões de crédito já capturadas e processadas também podiam ser objeto de antecipação mediante solicitação dos estabelecimentos.

Em 31 de outubro de 2018 a Companhia cessou sua operação de aquisição, mantendo a licença de operação junto ao Banco Central (“Bacen”). Em 4 de dezembro de 2018, após a suspensão de suas atividades de aquisição, a Companhia recebeu aporte de capital, via aumento de sua participação no FIDC Tapso, responsável por antecipar recebíveis de lojistas da StoneCo. Com isto, a MNL T continuará gerando resultado financeiro positivo através da valorização das cotas do FIDC Tapso.

Os investimentos da Companhia constituem principalmente cotas do FIDC Tapso. Em 31 de julho de 2021, a Companhia detinha R\$1.467,1 milhões em aplicações financeiras, compreendendo principalmente os investimentos em tal veículo. Em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, a Companhia detinha R\$ 2.028,1 milhões, R\$2.273,3 milhões e R\$1.889,5 milhões em aplicações financeiras, respectivamente. Essa redução é principalmente explicada pela venda de cotas no FIDC Tapso no período.

#### ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia financia suas operações a partir de uma combinação de recursos decorrentes (i) de seus rendimentos financeiros referentes à valorização; (ii) de investimentos dos seus acionistas; e (iii) de empréstimos e financiamentos contraídos junto ao mercado financeiro e ao mercado de capitais.

Para mais informações sobre a estrutura de capital, vide item 10.1, subitens “e” e “f” deste Formulário de Referência.

#### iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos em andamento ou previstos.

### b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos capazes de influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

### c. Novos produtos e serviços, indicando:

#### i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

**iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

**iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, considerando que não há pesquisas e projetos em desenvolvimento para novos produtos e serviços já divulgados.

## **10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Não há outros fatores com influência relevante que não tenham sido divulgados nos itens 10.1 a 10.8 deste Formulário de Referência.

## 11. Projeções / 11.1 - Projeções divulgadas e premissas

Nos termos do artigo 20 da Instrução CVM nº 480, de 01 de dezembro de 2009, conforme alterada, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções ou estimativas de qualquer tipo. Dessa forma, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções e estimativas até o momento, optou-se por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções ou estimativas de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos seus negócios ou atividades.

### a. Objeto da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

### b. Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

### c. Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia e quais escapam ao seu controle

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

### d. Valores dos indicadores que são objeto da previsão referentes aos três últimos exercícios e exercício social corrente

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

## 11. Projeções / 11.2 - Acompanhamento das projeções

**a. Informar quais projeções estão sendo substituídas por novas projeções incluídas neste Formulário de Referência e quais delas estão sendo repetidas neste Formulário de Referência**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**b. Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

**c. Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega deste Formulário de Referência e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

a. **atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:**

**(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados**

### **Conselho de Administração**

O conselho de administração é o órgão de deliberação colegiada da Companhia ("Conselho de Administração"), tendo como atribuições principais o estabelecimento das políticas gerais de negócios e supervisão da gestão da diretoria da Companhia ("Diretoria").

De acordo com o artigo 11 do Estatuto Social da Companhia ("Estatuto Social"), o Conselho de Administração deve ser composto por, 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes ou não no Brasil, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. A Assembleia Geral designará também o Presidente do Conselho de Administração.

Conforme artigo 14 do Estatuto Social, as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por qualquer membro do Conselho de Administração, sendo instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício e as suas deliberações serão aprovadas pela maioria dos votos dos conselheiros presentes, salvo quando exigido quórum mais elevado em lei ou no próprio Estatuto Social

Além das responsabilidades atribuídas ao Conselho de Administração na forma do no artigo 142 da Lei 6.404, datada de 15 de dezembro de 1976, o artigo 15 do Estatuto Social determina cumprir-lhe ainda:

- (i)** convocar as Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia;
- (ii)** eleição, substituição ou destituição dos membros da Diretoria;
- (iii)** aprovar e alterar o plano de negócios, plano de investimentos ou o orçamento anual da Companhia; e
- (iv)** resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei ou este Estatuto Social não confirmam a outro órgão da Companhia.

O Conselho de Administração não possui regimento interno próprio.

### **Diretoria**

A Diretoria é responsável pela administração dos negócios em geral e pela representação legal em todos os atos necessários ou convenientes associados aos negócios da Companhia, ressalvados os atos que a Lei, o Estatuto Social reservem a competência para o Conselho de Administração e/ou para a Assembleia Geral de acionistas.

De acordo com o artigo 16 do Estatuto Social, a Diretoria deve ser composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 10 (dez) Diretores, sendo: **(i)** 1 (um) Diretor Presidente; **(ii)** 1 (um) Diretor de Relações com Investidores; e **(iii)** os demais Diretores Sem Designação Específica. Os membros da Diretoria serão todos residentes no país, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos e sendo permitida a reeleição. Atualmente a Diretoria é composta por 3 (três) diretores.

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

Nos termos do artigo 17, §2º e §3º e do Artigo 21, do Estatuto Social, a Diretoria reunir-se-á sempre que necessário e a sua convocação cabe a qualquer dos Diretores e a reunião instalar-se-á com a presença de Diretores que representem a maioria dos membros da Diretoria.

A competência da Diretoria está prevista no Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia, mas não se limita a:

- (i) elaborar e submeter relatórios mensais ao Conselho de Administração, nos moldes a serem determinados por tal órgão;
- (ii) elaborar, mensalmente, plano de negócios da Companhia;
- (iii) zelar pela observância da lei e deste Estatuto Social;
- (iv) zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas Assembleias Gerais e do Conselho de Administração e suas próprias reuniões;
- (v) administrar e conduzir os negócios da Companhia, observadas as diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração, bem como a representação geral da Companhia, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;
- (vi) emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários, com exceção daqueles que, por força de disposição legal ou regulamentar, sejam de competência de outro órgão da Companhia; e
- (vii) proceder à aquisição, alienação e oneração de bens do ativo dentro dos limites estabelecidos neste Estatuto Social, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, fazer acordos, firmar compromissos, contratar, contrair obrigações, celebrar contratos, confessar dívidas, abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos bancários ou de crédito, renunciar, ceder direitos, transigir, dar e receber quitação, prestar caução, emitir, endossar, caucionar, descontar, e sacar títulos em geral, conceder ônus reais e prestar garantias com relação a qualquer direito ou obrigação da Companhia, desde que pertinente às operações sociais, observada alçada de deliberação do Conselho de Administração.

A Diretoria não possui regimento interno próprio.

### Conselho Fiscal

Nos termos do artigo 26 do Estatuto Social, o conselho fiscal da Companhia ("Conselho Fiscal") deve ser composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, e será composto, instalado e remunerado conforme a legislação vigente.

O Conselho Fiscal não funcionará em caráter permanente e somente será instalado mediante convocação dos acionistas, de acordo com as disposições legais.

O Conselho Fiscal da Companhia ainda não possui um regimento interno específico que normatize as responsabilidades, atribuições e suas regras de funcionamento, uma vez que ainda não foi instalado.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não tinha Conselho Fiscal instalado.

**(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto**

## 12. Assembléia e administração / 12.1 - Estrutura administrativa

A Companhia não possui comitê de auditoria estatutário.

**(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**b. em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**c. data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**d. se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **12. Assembléia e administração / 12.2 - Regras, políticas e práticas em assembleias**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **12. Assembléia e administração / 12.3 - Regras, políticas e práticas do CA**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **12. Assembléia e administração / 12.4 - Cláusula compromissória - resolução de conflitos**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**12. Assembléia e administração / 12.5/6 - Composição e experiência prof. da adm. e do CF**

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Percentual de participação nas reuniões
Outros cargos e funções exercidas no emissor		Descrição de outro cargo / função			
Diego Ventura Salgado	25/07/1983	Pertence apenas à Diretoria	20/10/2021	3 anos (Até AGO em 2024)	0
053.673.736-31	Economista	19 - Outros Diretores	20/10/2021	Sim	0%
N/A		Diretor Sem Designação Específica			
Rafael Martins Pereira	09/06/1985	Pertence apenas à Diretoria	20/10/2021	3 anos (Até AGO em 2024)	0
323.879.848-03	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	20/10/2021	Sim	0%
N/A					
AUGUSTO BARBOSA ESTELLITA LINS	05/04/1963	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/10/2021	3 anos (Até AGO em 2024)	2
743.414.217-00	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	20/10/2021	Sim	100%
N/A					
Lia Machado de Matos	21/01/1977	Pertence apenas ao Conselho de Administração	20/10/2021	3 anos (Até AGO em 2024)	0
071.991.147-88	Física	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	20/10/2021	Sim	100%
N/A					
Marcelo Bastianello Baldin	13/07/1982	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	20/10/2021	3 anos (Até AGO em 2024)	0
226.377.428-95	Administrador de Empresas	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	20/10/2021	Sim	100%
N/A					

**Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de Independência**

Diego Ventura Salgado - 053.673.736-31

Entrou para o Grupo Stone Co. no mês de maio de 2021, sendo responsável pela área de Tesouraria. Ocupou o cargo de diretor executivo da equipe de Debt Capital Markets na área de Investment Banking do JP Morgan, onde trabalhou por 9 anos, tendo atuado anteriormente em áreas correlatas no Banco Santander e no Banco Monsanto. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de sem designação específica na Companhia. Em 2004, graduou-se pela IBMEC e, em 2011, realizou seu mestrado em Economia pelo Insper Instituto de Pesquisa e Tecnologia.

Diego Ventura Salgado declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Diego Ventura Salgado declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Rafael Martins Pereira - 323.879.848-03

É sócio e Diretor de Relações com Investidores da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A), sociedade controladora da Companhia. Entrou para o Grupo Stone Co. em

2017. De 2012 a 2017 atuou no Grupo 3G Capital como analista e assessor financeiro, dando suporte à alta administração em diversas frentes, como por exemplo, fusões e aquisições, planejamento estratégico e análise de orçamento. Atualmente ocupa o cargo de Diretor de Relações com Investidores na Companhia.

Em 2008, graduou-se em Direito, pela Universidade de São Paulo, e, em 2010, graduou-se em Administração pela Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas.

Rafael Martins Pereira declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Rafael Martins Pereira declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

---

AUGUSTO BARBOSA ESTELLITA LINS - 743.414.217-00

É sócio e diretor da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A), sociedade controladora da Companhia, desde 2013, tendo ocupado o cargo de Diretor Presidente até 2014. É responsável pelo relacionamento e estratégia da Companhia, zelando pela comunicação com os principais stakeholders, como clientes, órgãos públicos, parceiros e etc. Anteriormente, figurou como Diretor de Crédito ao Consumo, no Itaú Unibanco S.A. Atualmente ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração na Companhia.

Em 1985, graduou-se em Engenharia Elétrica e Eletrônica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e possui Master em Finance pela Boston University School of Management, concluído em 1990, graduou-se em General Business Administration and Management, pela INSEAD da França em 2003.

Augusto Barbosa Estellita Lins declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Augusto Barbosa Estellita Lins declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

---

Lia Machado de Matos - 071.991.147-88

É sócia e diretora da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A), sociedade controladora da Companhia, desde 2016, sendo responsável pela estratégia e desenvolvimento de negócios do Grupo StoneCo. Coordena a implementação da estratégia de crescimento da Companhia, como foco em distribuição e modelo go-to-market, tendo já participado de diversos rounds da captação.

Antes do Grupo Stone Co., atuou como Diretora de Family Office com foco em investimentos de Private Equity na Varbra. Atualmente ocupa o cargo de membro do Conselho de Administração na Companhia.

Em 1998, graduou-se em Física, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui PhD pelo MIT - Massachusetts Institute of Technology em física elétrica e engenharia

Lia Machado de Matos declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, a Sra. Lia Machado de Matos declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

---

Marcelo Bastianello Baldin - 226.377.428-95

É sócio e Diretor Financeiro da Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A), sociedade controladora da Companhia. Entrou para o Grupo StoneCo. em 2017 e, antes disso, atuou de 2004 a 2017 na PwC, em áreas como gestão de riscos e regulamentação para instituições financeiras. Atualmente ocupa os cargos de Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração na Companhia.

Em 2004, graduou-se em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e possui Mestrado em Finanças, pela London Business School, realizado em concluído em 2011.

Marcelo Bastianello Baldin declara que não sofreu, nos últimos 5 anos: (i) qualquer condenação criminal que tenha inabilitado a prática de atividade profissional; (ii) qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas; ou (iii) qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. Adicionalmente, o Sr. Marcelo Bastianello Baldin declara que não é pessoa exposta politicamente conforme definido na regulamentação aplicável e que não ocupa cargos em outras sociedades ou organizações do terceiro setor.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

Diego Ventura Salgado - 053.673.736-31	
--	--

N/A

---

Rafael Martins Pereira - 323.879.848-03	
---	--

N/A

---

AUGUSTO BARBOSA ESTELLITA LINS - 743.414.217-00	
---	--

N/A

---

Lia Machado de Matos - 071.991.147-88	
---------------------------------------	--

N/A

---

Marcelo Bastianello Baldin - 226.377.428-95

N/A

## **12. Assembléia e administração / 12.7/8 - Composição dos comitês**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, considerando que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

## **12. Assembléia e administração / 12.9 - Relações familiares**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **12. Assembléia e administração / 12.10 - Relações de subord., prest. serviço ou controle**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **12. Assembléia e administração / 12.11 - Acordos /Seguros de administradores**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **12. Assembléia e administração / 12.12 - Outras inf. relev. - Assemb. e Adm**

Não há outros fatores com influência relevante que não tenham sido divulgados nos itens 12.1 a 12.11 deste Formulário de Referência

### **13. Remuneração dos administradores / 13.1 - Política/prática de remuneração**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**13. Remuneração dos administradores / 13.2 - Remuneração total por órgão**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2021 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	3,00	3,00	0,00	6,00
Nº de membros remunerados	3,00	3,00	0,00	6,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	6.108.254,00	0,00	6.108.254,00
Benefícios direto e indireto	0,00	137.287,00	0,00	137.287,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	408.000,00	0,00	408.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	16.905.000,00	0,00	16.905.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021.	N/A	
Total da remuneração	0,00	23.558.540,00	0,00	23.558.540,00

**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	8,50	0,00	8,50
Nº de membros remunerados	0,00	8,50	0,00	8,50
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	5.421.213,00	0,00	5.421.213,00
Benefícios direto e indireto	0,00	137.287,00	0,00	137.287,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	534.000,00	0,00	534.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	14.500.000,00	0,00	14.500.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	N/A	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	N/A	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021.	N/A	
<b>Total da remuneração</b>	0,00	20.592.500,00	0,00	20.592.500,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	7,25	0,00	7,25
Nº de membros remunerados	0,00	7,25	0,00	7,25
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	3.938.827,00	0,00	3.938.827,00
Benefícios direto e indireto	0,00	94.831,00	0,00	94.831,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	240.000,00	0,00	240.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	4.350.000,00	0,00	4.350.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	N/A	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021.	N/A	
Total da remuneração	0,00	8.623.658,00	0,00	8.623.658,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	0,00	8,00	0,00	8,00
Nº de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	0,00	3.963.506,00	0,00	3.963.506,00
Benefícios direto e indireto	0,00	112.356,00	0,00	112.356,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	300.000,00	0,00	300.000,00
Descrição de outras remunerações fixas	N/A	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	N/A	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	2.896.000,00	0,00	2.896.000,00
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Conforme orientação do OFÍCIO CIRCULAR/ CVM/SEP/Nº1/2021 no item 13.2 o valor do INSS foi evidenciado de forma segregada.	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessaçã o do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	N/A	O número de membros foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular CVM/SEP/Nº1/2021.	N/A	
Total da remuneração	0,00	7.271.862,00	0,00	7.271.862,00

### **13. Remuneração dos administradores / 13.3 - Remuneração variável**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.4 - Plano de remuneração baseado em ações**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.5 - Remuneração baseada em ações**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.6 - Opções em aberto**

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.7 - Opções exercidas e ações entregues**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.8 - Precificação das ações/opções**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.9 - Participações detidas por órgão**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.10 - Planos de previdência**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.11 - Remuneração máx, mín e média**

**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

### **13. Remuneração dos administradores / 13.12 - Mecanismos remuneração/indenização**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**13. Remuneração dos administradores / 13.13 - Percentual partes relacionadas na rem.****Exercício de 2020**

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	0,00	8,00	0,00
Número de membros – parte relacionada aos Controladores	0,00	8,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	0,00	20.592.500,00	0,00
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	0,00	20.592.500,00	0,00
% da remuneração total do órgão	0,00%	100,00%	0,00%

**Exercício de 2019**

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	0,00	7,25	0,00
Número de membros – parte relacionada aos Controladores	0,00	7,25	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	0,00	8.623.658,00	0,00
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	0,00	8.623.658,00	0,00
% da remuneração total do órgão	0,00%	100,00%	0,00%

**Exercício de 2018**

	<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria Estatutária</u>	<u>Conselho Fiscal</u>
Número de membros	0,00	8,00	0,00
Número de membros – parte relacionada aos Controladores	0,00	8,00	0,00
Valor da remuneração total do órgão no exercício	0,00	7.271.862,00	0,00
Valor da remuneração total atribuída a partes relacionadas ao controlador no órgão no exercício	0,00	7.271.862,00	0,00
% da remuneração total do órgão	0,00%	100,00%	0,00%

### **13. Remuneração dos administradores / 13.14 - Remuneração - outras funções**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**13. Remuneração dos administradores / 13.15 - Rem. reconhecida - controlador/controlada**

Os administradores e membros do conselho fiscal da Companhia, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, foram de R\$ 20.592.500,00 (vinte milhões, quinhentos e noventa e dois mil, quinhentos reais), R\$ 8.623.658,00 (oito milhões, seiscentos e vinte e três mil, seiscentos e cinquenta e oito reais) e R\$ 7.271.862,00 (sete milhões, duzentos e setenta e um mil, oitocentos e sessenta e dois reais), respectivamente, fazendo jus a remunerações reconhecidas no resultado consolidado da StoneCo, que os tenha sido atribuído em função ou não do exercício de cargo na Companhia.

**13. Remuneração dos administradores / 13.16 - Outras inf. relev. - Remuneração***Remuneração Global do Grupo StoneCo:*

Para os itens 13.2, 13.13 e 13.15, a Companhia optou por informar os valores globais de remuneração que seus administradores (membros do Conselho de Administração e da Diretoria) recebem dentro do grupo econômico o qual a Contratada está inserida.

Além da informação relativa à remuneração acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 13.1 a 13.15 deste Formulário de Referência

## **14. Recursos humanos / 14.1 - Descrição dos recursos humanos**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **14. Recursos humanos / 14.2 - Alterações relevantes-Rec. humanos**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **14. Recursos humanos / 14.3 - Política remuneração dos empregados**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **14. Recursos humanos / 14.4 - Relações emissor / sindicatos**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **14. Recursos humanos / 14.5 - Outras informações relevantes - Recursos humanos**

Não há informações que a Companhia julgue relevantes.

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>Stone Instituição de Pagamento S.A.</b>						
16.501.555/0001-57	Brasileira	Não	Sim	26/08/2021		
2.260.490.292	99,990	10	0,010	2.260.490.302	100,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
2.260.490.292	99,990	10	0,010	2.260.490.302	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Stone Instituição de Pagamento S.A.				16.501.555/0001-57		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
DLP CAPITAL LLC						
14.933.482/0001-47	Estados Unidos	Não	Sim	26/08/2021		
155.667.135	99,990	0	0,000	155.667.135	99,990	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
OUTROS						
1	0,010	0	0,000	1	0,010	
<b>TOTAL</b>						
155.667.136	100,000	0	0,000	155.667.136	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DLP CAPITAL LLC				14.933.482/0001-47		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
STONECO LTD						
31.752.270/0001-82	Ilhas Cayman	Não	Sim	30/06/2021		
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
<b>Classe Ação</b>	<b>Qtde. de ações</b>	<b>Ações %</b>				
TOTAL	0	0.000				
<b>TOTAL</b>						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.1 / 2 - Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa		CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações						
Qtde. ações ordinárias	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
STONECO LTD				31.752.270/0001-82		
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
OUTROS						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	
TOTAL						
1	100,000	0	0,000	1	100,000	

**15. Controle e grupo econômico / 15.3 - Distribuição de capital**

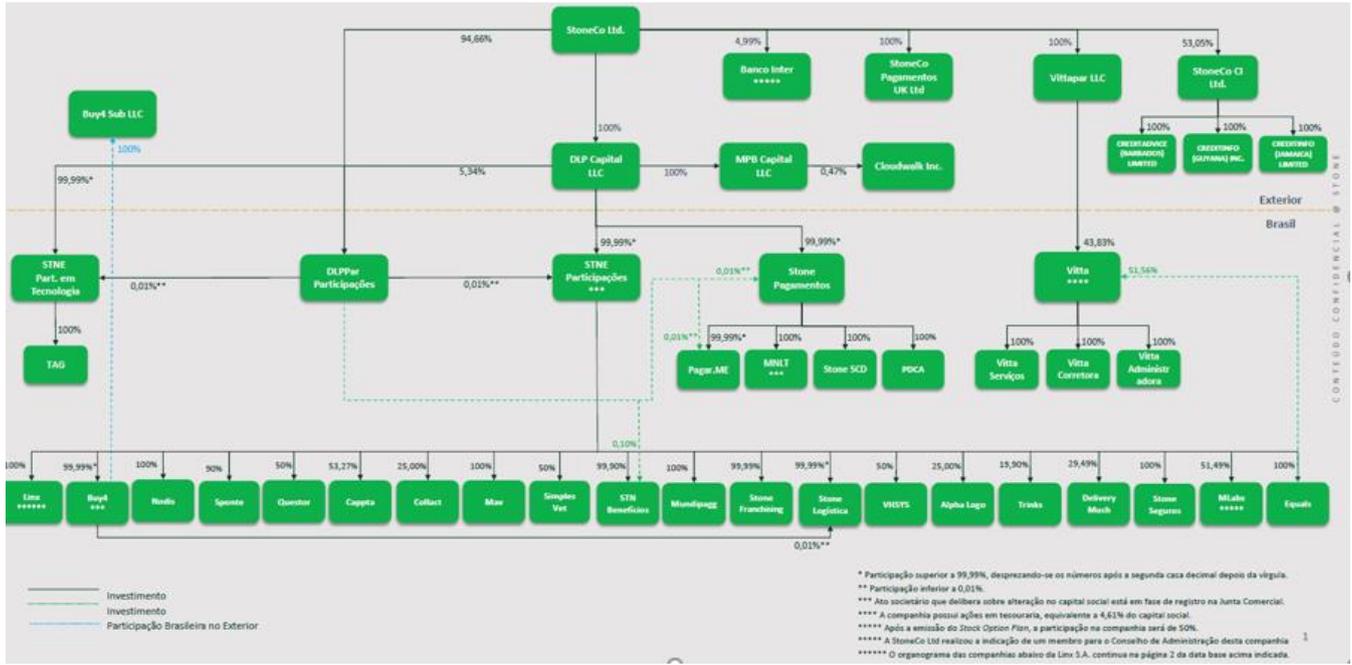
<b>Data da última assembleia / Data da última alteração</b>	09/12/2021
<b>Quantidade acionistas pessoa física</b>	0
<b>Quantidade acionistas pessoa jurídica</b>	1
<b>Quantidade investidores institucionais</b>	0

**Ações em Circulação**

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

<b>Quantidade ordinárias</b>	0	0,000%
<b>Quantidade preferenciais</b>	0	0,000%
<b>Total</b>	0	0,000%

### 15. Controle e grupo econômico / 15.4 - Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## **15. Controle e grupo econômico / 15.5 - Acordo de Acionistas**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **15. Controle e grupo econômico / 15.6 - Alterações rel. particip. - controle e Adm**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**15. Controle e grupo econômico / 15.7 - Principais operações societárias**

Não houve, nos três últimos exercícios sociais e no exercício social corrente, qualquer operação societária ocorrida no grupo que tenha tido efeito relevante para o emissor, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, indicando, quando envolver o emissor ou qualquer de suas controladas ou coligadas

## 15. Controle e grupo econômico / 15.8 - Outras informações relevantes - Controle e grupo econômico

### **Informações adicionais ao item 15.2 – Informações sobre acionistas ou grupo com participação igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de ações e que não estejam listados no item 15.1:**

A Companhia esclarece que a sua acionista indireta, DLP Capital LLC, é uma sociedade constituída de acordo com as leis das Ilhas Cayman, sob a forma de uma sociedade de responsabilidade limitada (“*limited liability company*”) (“LLCs”). Em razão do seu tipo societário, as LLCs não emitem ações ou qualquer outro tipo de valor mobiliários passível de quantificação. Dessa forma, a Companhia informa que a quantidade de “ações ordinárias” informada no item 15.1/2 deste Formulário de Referência é apenas uma quantidade simbólica, considerando que a StoneCo Ltd. é a única “sócia” (*member*) do seu instrumento de constituição (*limited liability company agreement*).

Com exceção da informação acima, não há outras informações relevantes que não tenham sido descritas nos itens 15.1 a 15.7 deste Formulário de Referência.

## **16. Transações partes relacionadas / 16.1 - Regras, políticas e práticas - Part. Rel.**

### *Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

**16. Transações partes relacionadas / 16.2 - Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante</b>	<b>Duração</b>	<b>Empréstimo ou outro tipo de dívida</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
Pessoas Jurídicas descritas no item 16.4	01/07/2017	1.115.172,80	R\$ 1.115.172,80	-	Indeterminado.	NÃO	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Contrato celebrado entre a companhia e outras empresas pertencentes ao Grupo StoneCo.						
<b>Objeto contrato</b>	Instrumento particular para o rateio dos custos e despesas oriundos da utilização comum de determinados departamentos, serviços e equipamentos.  O rateio dos custos e despesas são referentes à mão de obra especializada, à infraestrutura, às ferramentas, às tecnologias e aos recursos para atender demandas e necessidades comuns relacionadas às suas atividades não consideradas fim das empresas do Grupo StoneCo.  Os critérios para rateio apresentam-se: (i) proporcionalmente ao número de horas dedicadas; (ii) proporcionalmente ao número de colaboradores ativos; e (iii) proporcionalmente às receitas de cada uma das Partes.						
<b>Garantia e seguros</b>	N/A						
<b>Rescisão ou extinção</b>	Se qualquer uma das Partes decidir rescindir o Instrumento, a mesma deverá enviar uma notificação, por escrito, com 20 (vinte) dias de antecedência para a outra Parte, sem qualquer penalidade.						
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Os custos e despesas objetos do Instrumento serão arcadas por cada parte na medida da sua responsabilidade fiscal pela respectiva despesa e/ou custo arcado.  Os valores devidos à empresa que pagou as despesas ou custos rateados devem ser quitados trimestralmente em conta bancária definida pelo departamento de Contabilidade.  O respectivo pagamento devido em razão do rateio aqui previsto será realizado por meio da emissão de nota de débito entre as partes pertencentes ao Grupo StoneCo.						
<b>Posição contratual do emissor</b>	Outra						
<b>Especificar</b>	Credor da Stone Instituição de Pagamento S.A. - Saldo exist. R\$ 745.472,20Credor da Cappta S.A. - Saldo exist. R\$ 154.124,39 Credor da BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. - Saldo exist. R\$ 49.619,89 Credor da Pagar.me Pagamentos S.A. - Saldo exist. R\$ 41.999,33 Credor da Equals S.A. - Saldo exist. R\$ 12.535,10 Credor da Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. - Saldo exist. R\$ 10.778,34 Credor da Stone Franchising Ltda. - Saldo exist. R\$ 930,80 Credor da TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. – Saldo exist. R\$ 305,69 Devedor da STNE Participações S.A. - Saldo exist. R\$ 99.407,06						

## 16. Transações partes relacionadas / 16.3 - Tratamento de conflitos/Comutatividade

### a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Nas transações realizadas com partes relacionadas, a Companhia observa e observou as práticas contábeis vigentes, e as disposições da Lei nº 6.404/76, bem como o disposto em seu estatuto social. Tais transações foram realizadas observados estritamente os padrões de mercado e o interesse da Companhia em sua realização. Ademais, nos termos do estatuto social da Companhia, as transações com partes relacionadas da Companhia foram submetidas ao Conselho de Administração para aprovação.

### b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado. A Companhia acredita que, se as referidas operações com partes relacionadas fossem contratadas com terceiros, seriam mantidos os mesmos termos e condições contratados.

## 16. Transações partes relacionadas / 16.4 - Outras informações relevantes - Transações com partes relacionadas

### Informações adicionais ao item 16.2 – Informações sobre as transações com partes relacionadas:

A transação com partes relacionadas descrita no item 16.2 deste Formulário de Referência contempla todas as partes do contrato de rateio dos custos e despesas oriundos da utilização de determinados departamentos, serviços e equipamentos do Grupo StoneCo, quais sejam a Companhia, a Stone Instituição de Pagamento S.A. (atual denominação da Stone Pagamentos S.A.), a STNE Participações S.A., a BUY4 Processamento de Pagamentos S.A., a Pagar.ME Pagamentos S.A., a Equals S.A., a Cappta S.A., a Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A., a TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A., a Stone Franchising Ltda., a Stone Logística Ltda., a Stone Sociedade de Crédito Direto S.A., a PDCA S.A., a Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. (“Vitta Saúde”), a Vitta Serviços em Saúde Ltda., a Vitta Corretora de Seguros Ltda. e a Vitta Tecnologia em Saúde S.A. Neste sentido, a Companhia esclarece que, ainda que a empresa Vitta Saúde seja apresentada como parte relacionada no referido item, conforme consta das demonstrações financeiras dos últimos 3 (três) exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018, bem como nas demonstrações financeiras referentes ao período de sete meses encerrado em 31 de julho de 2021, não houve, nem há, até a presente data, qualquer valor envolvido referente à tal transação, assim como não é possível especificar a posição da Companhia diante de tal transação.

### Garantias intragrupo:

Adicionalmente, em 11 de junho de 2021, em sede de assembleia geral extraordinária, os acionistas da Companhia aprovaram, dentre outras matérias, a concessão de garantia fidejussória, pela Companhia no âmbito da emissão no exterior de títulos de dívida (*Senior Notes*), pela sua controladora indireta StoneCo Ltd. (“StoneCo”), com remuneração de 3.950% (três inteiros e novecentos e cinquenta centésimos por cento) e vencimento em 2028, no valor de até U\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares americanos) (“Notes”). As Notes foram colocadas no mercado internacional, e ofertadas a investidores nos termos da regulamentação emitida pela *Securities and Exchange Commission* (“SEC” e “Oferta”, respectivamente).

Garantias outorgadas pela Companhia em favor da StoneCo. auxiliam na redução do custo de captação de recursos para o seu grupo econômico, além de substituir eventuais garantias bancárias que possuem alto custo de emissão e manutenção. Por se tratar de uma oferta, as obrigações contratuais assumidas pela StoneCo e garantidas pela Companhia, são compatíveis com as praticadas no mercado financeiro internacional. Ainda, por se tratar de uma captação no mercado de capitais internacional e regulamentada pela SEC, foram realizadas avaliações prévias e criteriosas de seus termos e condições e análise de viabilidade financeira em comparação com operações semelhantes, observando-se os preços e condições usuais de mercado.

Com exceção das informações adicionais acima, não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas nos itens 16.2 e 16.3 deste Formulário de Referência.

**17. Capital social / 17.1 - Informações - Capital social**

<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Valor do capital</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais</b>	<b>Quantidade total de ações</b>
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Emitido</b>				
01/07/2021	1.324.655.484,00	N/A	2.260.490.292	10	2.260.490.302
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Subscrito</b>				
01/07/2021	1.324.655.484,00	N/A	2.260.490.292	10	2.260.490.302
<b>Tipo de capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>				
01/07/2021	1.324.655.484,00	N/A	2.260.490.292	10	2.260.490.302

## **17. Capital social / 17.2 - Aumentos do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **17. Capital social / 17.3 - Desdobramento, grupamento e bonificação**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **17. Capital social / 17.4 - Redução do capital social**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **17. Capital social / 17.5 - Outras inf. relevantes-Capital social**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não tenham sido descritas no item 17.1 deste Formulário de Referência.

## **18. Valores mobiliários / 18.2 - Regras estatutárias que limitem direito de voto**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **18. Valores mobiliários / 18.3 - Suspensão de direitos patrim./políticos**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **18. Valores mobiliários / 18.4 - Volume/cotação de valores mobiliários**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **18. Valores mobiliários / 18.5 - Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

## **18. Valores mobiliários / 18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Na data deste Formulário de Referência, não havia outros valores mobiliários de emissão da Companhia que não as suas ações.

## **18. Valores mobiliários / 18.6 - Mercados de negociação no Brasil**

Até a data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui quaisquer valores mobiliários registrados e/ou admitidos à negociação em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado.

## **18. Valores mobiliários / 18.7 - Negociação em mercados estrangeiros**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui, na data deste Formulário de Referência, valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## **18. Valores mobiliários / 18.8 - Títulos emitidos no exterior**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, na data deste Formulário de Referência, não possui valores mobiliários emitidos no exterior.

**18. Valores mobiliários / 18.9 - Ofertas públicas de distribuição***Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Não aplicável, tendo em vista que não houve ofertas públicas relativas a valores mobiliários de emissão da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2019 e 2018 e, até a data deste Formulário de Referência, não houve ofertas públicas relativas a valores mobiliários de emissão da Companhia no exercício social corrente.

## **18. Valores mobiliários / 18.10 - Destinação de recursos de ofertas públicas**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **18. Valores mobiliários / 18.11 - Ofertas públicas de aquisição**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **18. Valores mobiliários / 18.12 - Outras inf. Relev. - Val. Mobiliários**

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes que não foram evidenciadas nos itens 18.5 a 18.9 deste Formulário de Referência.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.1 - Descrição - planos de recompra**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.2 - Movimentação v.m. em tesouraria**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **19. Planos de recompra/tesouraria / 19.3 - Outras inf. relev. - recompra/tesouraria**

Não há informações que a Companhia julgue relevantes.

## **20. Política de negociação / 20.1 - Descrição - Pol. Negociação**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **20. Política de negociação / 20.2 - Outras inf.relev - Pol. Negociação**

Não há informações que Companhia julgue relevantes.

## **21. Política de divulgação / 21.1 - Normas, regimentos ou procedimentos**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **21. Política de divulgação / 21.2 - Descrição - Pol. Divulgação**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **21. Política de divulgação / 21.3 - Responsáveis pela política**

*Justificativa para o não preenchimento do quadro:*

Item não preenchido por ser de preenchimento facultativo aos emissores registrados na categoria "B", nos termos da Instrução CVM 480.

## **21. Política de divulgação / 21.4 - Outras inf.relev - Pol. Divulgação**

Não há informações que a Companhia julgue relevantes.